

28 OUT. 1976

TRABALHO

Inter: «ditadura do sindicalismo»

A semana que decorreu foi marcada pela reunião geral de sindicatos que teve lugar nos passados dias 23 e 24 de Outubro últimos, convocada pela CNOP, e que contou com a presença de 224 sindicatos, dos quais 62, ao que julgamos saber, não eram afectos ao actual Secretariado da Intersindical Nacional.

A citada reunião geral, que foi presidida por um tal sr. Judas, do Secretariado da Inter, contou com a presença de cerca de 500 pessoas, tendo a mesa que dirigiu os trabalhos sido constituída por membros da CNOP.

Da reunião se pode concluir que a cisão no movimento sindical português, tal como, aliás, prevíramos em artigos anteriores sobre o assunto, está praticamente, não só consumada, como também institucionalizada.

Com efeito, podemos acrescentar que a demagogia que imperou ao longo da reunião, foi claramente propostada, com vista a obrigar os sindicalistas presentes a aceitarem como factos consumados todas as deliberações «cozinhas» nas costas dos trabalhadores, e que apenas visam servir os interesses políticos das forças que estão por detrás do Secretariado da Intersindical. Nessa medida, de resto, se pode inscrever toda uma actuação totalitária que aquele Secretariado fez prevalecer, até ao ponto de chegarem a estar iminentes agressões físicas.

No final da reunião, falámos com grande número dos presentes, os quais nos confessaram sentirem naquele momento uma «enorme frustração», em face do que tinham acabado de presenciar. Disseram-nos mesmo que «começam a estar convencidos de que pouco adiantará discutir ou propôr alterações a projectos apresentados por qualquer estrutura unicitária da Inter, uma vez que o caciquismo e a imposição lápatentes, não permitem a expressão

livre de correntes político-sindicaes diferentes ou contrárias às ditadas ditatorialmente por aquelas estruturas».

Logo, a «ditadura do sindicalismo» está institucionalizada e a cisão é já, podemos agora dizê-lo, um facto consumado e irreversível. Nestes termos, o futuro do sindicalismo português é uma incógnita, e a unidade possível com que muitos sonharam, não passará hoje de uma mera intenção.

Entretanto, para discutir uma possível actuação futura, reuniu-se ontem a Comissão de Redacção da «Carta Aberta». Dessa reunião se espera que os sindicatos democráticos concertem desde já um tipo de resposta adequado à prática golpista do Secretariado da Intersindical Nacional.

A CAPITAL

LISBOA

28 OUT. 1976

ENCONTRO NACIONAL NA DEFESA DAS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES

No próximo dia 6 de Novembro, promovido pela Intersindical, decorrerá um encontro de dirigentes e delegações sindicais e de comissões de trabalhadores, a nível nacional.

Entretanto num documento enviado aos órgãos de comunicação social, a Inter, depois de recordar «as profundas transformações económicas, sociais e políticas ocorridas após o derrube do regime fascista, que apenas foram possíveis pela permanente acção revolucionária das massas populares em geral e trabalhadoras em particular», acusa o Governo: «Numa altura em que se intensificam as tentativas de recuperação capitalista e se ensaiam, por todos os modos, limitações aos direitos das massas laboriosas, é muito grave que o Governo, para além de não cumprir princípios da Constituição (...) venha tomar medidas nitidamente antipopulares e antioperárias.»

E mais à frente:

«As perspectivas de uma sociedade justa e sem exploração e as sucessivas vitórias que vão sendo alcançadas, se por um lado, mais incentivam e animam os trabalhadores, por outro lado, mais provocam o desenvolvimento das tentativas reaccionárias das forças inimigas das classes trabalhadoras para porem e mcausa as

conquistas alcançadas, inclusive a própria Constituição.»

A Inter sugere, ainda, reuniões de trabalhadores «nas empresas, nos sindicatos e freguesias ou concelhos, em comícios» para discutir os temas do encontro.

METALÚRGICOS CONTRA DESPEDITOS

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metal-Mecânica do Distrito de Lisboa acaba de enviar à A. R., presidente da Comissão Constitucional, C. R., P. R., primeiro-ministro e grupos parlamentares do P. S. e P. C. P., o seguinte telegrama:

«Sindicato Metalúrgicos Lisboa repudia energicamente decreto-lei alterando legislação sobre despedimentos actualmente em vigor.

«Diploma Governo estimula livre despedimento numa manifestação patronto C. I. P. e C. A. P.

«Constitui grave atentado direitos fundamentais trabalhadores.»

«Sindicato Metalúrgicos Lisboa alerta órgãos Poder previstos Constituição, sentido defesa e lei fundamental e impedimento promulgação e entrada vigor diplomas inconstitucionais emanados Governo.»

CONTRATOS DE TRABALHO A PRAZO REGULAMENTADOS POR DECRETO-LEI

Os contratos de trabalho a prazo já se encontram regulamentados, de acordo com um decreto-lei do Ministério do Trabalho, publicado no jornal oficial. Segundo o articulado no diploma, «é permitida a celebração de contratos de trabalho a prazo, desde que este seja certo, e poderão celebrar-se contratos por prazos inferiores a seis meses, quando se verifique a natureza transitória do trabalho a prestar, designadamente quando se trate de um serviço determinado ou de uma obra concretamente definida». Estabelece-se também: «O contrato caduca no termo do prazo acordado desde que a entidade patronal comunique aos trabalhadores até oito dias antes de o prazo expirar, por forma estrita, a vontade de o não renovar; a caducidade do contrato não confere direito a qualquer indemnização; o contrato de trabalho a prazo apenas poderá ser sucessivamente renovado até ao máximo de três anos, passando a ser considerado depois daquele limite como contrato sem prazo, contanto-se a antiguidade desde a data do início do primeiro contrato; a estipulação do prazo será nula se tiver por fim iludir as disposições que regu-

lam o contrato sem prazo; para além das situações de justa causa e de despedimento colectivo, às quais se aplica o regime geral da cessação do contrato de trabalho, a extinção do contrato, antes de decorrido o prazo, por denúncia de qualquer das partes, ainda que com aviso prévio, confere à outra o direito a uma indemnização equivalente ao total das retribuições vencidas; no caso de despedimento colectivo, o trabalhador só tem direito à indemnização correspondente se aquele se tornar eficaz antes do momento da caducidade do contrato.»

Outras disposições: «Durante os primeiros quinze dias de vigência do contrato e salvo se o contrário resultar de acordo es-

crita, qualquer das partes pode denunciar o contrato, sem aviso prévio nem alegação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização. O contrato de trabalho a prazo está sujeito a forma escrita e conterá obrigatoriamente as seguintes indicações: identificação dos contraentes, categoria profissional e remuneração do trabalhador, local da prestação do trabalho, data do início e prazo do contrato.

«O regime previsto no diploma aplica-se às situações de trabalho eventual e sazonal e não pode ser afastado ou modificado por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho. O mesmo regime será aplicado aos contratos a prazo actualmente em vigor, ainda que não reduzidos a forma escrita, contanto-se a antiguidade desde a data do início do primeiro contrato. A inobservância da forma escrita e a falta de indicação de prazo certo transforma o contrato em contrato sem prazo.»

29 OUT. 1976

IMPASSES NA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS ACUSAM GOVERNO DE "PASSIVIDADE"

VINTE E TRÊS organizações sindicais, entre as quais a Intersindical e dez federações, subscreveram um extenso manifesto em que apontam a «conduta obstructionista e sabotadora do patronato reaccionário» e a «passividade» e «convivência» do Governo, como causas do «congelamento de facto» da contratação colectiva. O documento foi divulgado numa conferência de Imprensa que decorreu ontem em Lisboa. Além de lhe estar reservada, segundo os subscretores, uma ampla divulgação junto da opinião pública, será também remetido aos órgãos do Poder, nomeadamente ao Presidente da República e do Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro, presidente da Assembleia da República, presidente da Comissão Constitucional e grupos parlamentares da esquerda.

As organizações sindicais chamam a atenção para o facto de a luta dos trabalhadores contra o «congelamento da contratação» não visar aumentos, mas apenas «atualizações de salários». Com efeito, «na sua maioria esmagadora (os trabalhadores) pretendem apenas recuperar o poder de compra perdido em consequência da subida dos preços».

A «conduta obstructionista do patronato» é apresentada no manifesto como estando inscrita no quadro de «uma estratégia definida, visando reconquistar o poder económico e político e os privilégios perdidos ou abalados pelo 25 de Abril». Ao mesmo tempo, «o Governo, no seu conjunto e o Ministério do Trabalho, em particular», são acusados de «defenderem e praticarem um política de conciliação de classes», o que favorece «a ofensiva patronal e capitalista contra os direitos, interesses e conquistas dos trabalhadores».

Cerca de um milhão e quinhentos mil trabalhadores, de acordo com o documento, estão actualmente a ser afectados «pelas dificuldades existentes na negociação dos contratos colectivos de trabalho». Mas, «em breve, outros trabalhadores cujos contratos colectivos ou propostas de revisão dos mesmos estão em preparação, poderão defrontar os mesmos problemas caso se mantenham as causas da situação actual». Neste caso, estarão, entre outros, os trabalhadores da E. P. A. L., da Carris, do Metro, dos C. T. T., dos T. L. P. e da TAP.

A legislação que actualmente regula a contratação colectiva «retirando ao Estado (Ministério do Trabalho) poderes de intervenção para impor regulamentação do trabalho de acordo com os interesses dos trabalhadores» é contestada pelas organizações sindicais, como o são igualmente outras medidas legislativas tomadas pelo Governo no domínio do trabalho.

Os trabalhadores exigem a revogação do decreto-lei sobre contratação colectiva e propõem em sua substituição legislação em cuja elaboração os trabalhadores sejam chamados a participar e que assegure uma maior intervenção do Estado em matéria de negociações.

Carris: contraproposta «vexatória»

Os trabalhadores da Carris reunidos ontem, ao fim da tarde, em plenário nas instalações de Santo Amaro, resolveram considerar «vexatória» a proposta apresentada pelo Governo que «estabelece nove tipos de vencimentos». Assim, os trabalhadores da Carris decidiram apoiar a Comissão Unitária Sindical para que efectue imediatamente negociações na base da proposta já aprovada em anterior plenário de trabalhadores.

A preservação das regalias já adquiridas, assim como a exigência de uma «completa igualdade para os trabalhadores da Carris e os do Metropolitano», estabelecida na cláusula 59 do actual Acordo Colectivo de Trabalho foram também aprovadas no decurso do mesmo plenário.

CAPITAL 25/10/1976

Bancários: adiada revisão do C.C.T.

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas conseguiu adiar por mais um mês o prazo de entrega da proposta de revisão do contrato colectivo de trabalho, cujo prazo de validade deveria extinguir-se no passado dia 1 de Outubro.

De acordo com uma informação prestada por estes dirigentes sindicais na assembleia geral ontem realizada na Voz do Operário, o adiamento não prejudicará os trabalhadores, pois está garantida a sua retroactividade.

político

A Intersindical marca pontos...

APÓS um período de relativa indecisão, finalmente a Intersindical está a triunfar no âmbito sindical. O problema que subsiste é, ainda, o das conclusões que disso tirarão os seus opositores.

As forças em presença

O mundo sindical português esteve, nos últimos tempos, a ser disputado, em termos de controlo, pelo PCP e pelo PS, sendo de referir que também a extrema-esquerda e o PPD-PSD têm alguma força, ainda que menor.

O Partido Comunista, não sendo maioritário, como o têm provado a generalidade das eleições para direcções sindicais, consegue todavia compensar perfeitamente o menor número de potenciais adeptos pela combatividade dos militantes e aderentes efectivos.

O PS, para além das massas que o podem apoiar serem menos mobilizáveis fora de situações de crise aberta, padece do grave inconveniente de não poder dirigir os seus adeptos com a força do PCP; e isso, não só porque lhe falta o sistema de organização celular aperfeiçoado dos comunistas, como também, porque — sendo Poder — se sente psicologicamente dimi-

nuído e — sendo menos homogéneo — é percorrido continuamente por factores de desagregação nos circuitos de decisão.

A extrema-esquerda "otelista", durante algum tempo próxima da prática sindical dos socialistas, afastou-se deles a partir do mês de Agosto, como, em certa medida, seria de esperar de um grupo radicalmente hostil ao Partido de Governo. Essa mutação veio a ter consequências muito impo- r- tantes no desequilíbrio a nível sindical, a favor da linha afecta ao PCP.

Os sociais-democratas repetem os problemas do PS a nível de mobilização e, se não têm os problemas de Partido governamental, sobra-lhes a menor capacidade em quadros sindicais capazes de actuar de modo decisivo na vida das empresas e nas organizações de classe.

Este o quadro estável das forças políticas actua- n- tes no campo sindical, a partir do qual se têm processado as mutações que conduziram a que de novo a Intersindical detenha uma posição hegemónica, apesar de ainda estar relativamente isolada a nível de grandes massas.

A dinâmica sindical

O movimento operário português tem sido, desde sempre, caracterizado pela sua radical colocação perante o Poder. Ao contrário doutros países, em que os sindicatos, apesar de conflitos mais ou menos graves,

são capazes de apoiar um Partido no Governo com o qual, de algum modo, se identifiquem mais, entre nós dificilmente isso pode acontecer.

Aliás, as vicissitudes do controlo do PCP sobre o movimento operário têm acompanhado as alterações que, a nível de convicção generalizada nas populações, os comunistas têm sofrido em matéria de domínio do aparelho estadual.

Os períodos de fraqueza sindical do PCP foram aqueles em que, com razão ou sem ela, houve a impressão generalizada de que os comunistas governavam o País. A natural "antipatia" pelo Poder e o também "natural" anti-comunismo latentes na sociedade fizeram com que, por essa altura, as coligações heteróclitas anti-PCP tivessem coesão e esmagassem eleitoralmente as candidaturas próximas da Inter.

A convicção psicológica, dominante após as eleições deste ano, de que o PCP era oposição junto à colocação do PS como centro exclusivo do Poder, transformou radicalmente a dinâmica da vida sindical. E se, ainda assim, algumas eleições são perdidas pelas listas da Inter, praticamente não há Assembleia Geral que não controlem. A destruição do grupo da "Carta Aberta" começou, portanto, na altura em que o PS assumiu o Poder.

Não era, porém, inevitável que assim acontecesse. Se tivesse sido possível declarar-se a cisão efectiva do movimento sindical com a formação de mais uma central sindical, então os

sindicalistas socialistas poderiam ter mantido uma posição importante e até ampliá-la à criação de sindicatos operários autónomos, relativamente fortes, quando agora não dirigem praticamente nenhum dos mais significativos.

Este raciocínio não deixará de ser considerado divisionista, mas não é por isso que deixa de ser correcto. Efectivamente, a chamada "unidade sindical" é um mito, enquanto acontecerem sessões como as das Assembleias Gerais dos Bancários e dos Empregados de Escritório de Lisboa. A unidade é um objectivo que as forças políticas com implantação sindical desejam, na medida em que lhes sirva e não desejam, se isso for a forma de robustecer artificialmente o Poder do contendor.

Ao PCP interessa a unidade se e na medida em que consiga controlar os órgãos unitários ou utilizar esse Poder para negociar formas de coligação a nível nacional. Ao PS — Partido no Governo — interessa a unidade se ela for a condição para poder governar e se o controlo dos órgãos unitários lhe pertencer em medida "satisfatória" (para a "Carta Aberta" em termos paritários com a Inter).

O problema foi que o PS teve necessidade de começar a governar antes de ter o problema resolvido. A legislação laboral começada a publicar — inadiável em termos de política geral — está a ser mais um factor para a subida do peso da Inter (o que já foi patente nas últimas Assembleias Gerais) e de desa-

gregação do bloco sindical próximo dos socialistas (sintomático foi o comunicado do Sindicato dos Bancários do Sul publicado nos jornais como publicidade paga, atacando ferozmente essa legislação).

Num País capitalista e governado por um Partido ou uma coligação não socialista o problema tem uma solução "fácil": chama-se "política de interlocutores válidos" e tem na actual Itália o seu caso limite. O poder político aceita que o operariado seja controlado por forças oposicionistas e negocia acordos conjunturais com elas.

Mas entre nós — esse o problema —, o PS não tem o apoio de todo o espaço à sua direita, sem alternativas. Se pactua com o PCP é evidente que o eleitorado moderado o abandona para os outros Partidos que não pactuam. Isto é, se estabelece acordos com a "oposição" acabará por descobrir que a consistência do seu Poder era um conjunto de afirmações negativas a esses e outros acordos — se "acorda" à esquerda, acorda sem Poder.

Nesta medida se poderá afirmar que o PS só "interessa" a

quem nele vota se puder governar sem cedências, seja a quem for. Se tiver de ceder, então naturalmente que o abandonarão, à direita ou à esquerda os que têm tendência para pensar que ou que não devia haver cedências ou que cedência por cedência...

Um Partido de direita ou centrista pode governar sem apoio sindical. Um Partido de esquerda necessita desse apoio para o fazer. Se é assim, o PS deveria ter provocado a cisão efectiva no movimento sindical no momento adequado e não ter-se limitado a admitir juridicamente essa possibilidade. Desse modo teria sido possível retirar ao PCP a força que vai fazer falta aos socialistas.

É claro que não é agradável ficar "historicamente" culpado de uma cisão, que aliás já existia embora mascarada. É claro que não é fácil explicar a trotskistas que a política tem razões que a ideologia desconhece. Mas governar é, quase sempre, tomar decisões desagradáveis e difíceis, quanto mais não seja para evitar, por antecipação, soluções ainda piores.

J.M.J.

Ricino
3/11/76

Inter apela à participação no encontro nacional do dia 6

"A perspectiva de uma sociedade justa e sem exploração, mantém-se", mas as "forças interessadas na recuperação capitalista da economia e no retrocesso social e político, lutam pelos seus objectivos", alerta um comunicado sobre o Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, para exigir o "rigoroso cumprimento da Constituição", e que se efectuará, conforme temos noticiado, no próximo dia 6. O comunicado, assinado pela Intersindical — Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, pelo Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e pelo Secretariado Dinamizador Provisório das Comissões de Trabalhadores do Distrito de Setúbal, denuncia "as forças inimigas da classe trabalhadora" que querem pôr "em causa e fazer recuar as

conquistas alcançadas, inclusive a própria Constituição".

O Governo, pelo seu lado — acrescenta o comunicado — tem demonstrado "incapacidade para contrariar eficazmente essas tentativas de recuperação capitalista da economia". Assim, processam-se, no momento, "tentativas para limitar o controlo operário a um simples controlo de produção, quando o que está consagrado na Lei fundamental do País é o controlo de toda a actividade económica e financeira das empresas".

Além disso, "a liberalização dos despedimentos em termos que constituem um perigo para os trabalhadores" ganha "mais intensidade em sectores como o da construção civil e nos têxteis". Aos despedimentos, somam-se os "boicotes declarados das entidades patronais às negociações de contratos colectivos de trabalho e às suas aplicações

práticas, o que origina que cerca de um milhão e meio de trabalhadores estejam em luta pela melhoria das suas condições de trabalho e de vida".

O Governo, passivamente, procura não contrariar "essas acções de sabotagem do patronato, não obrigando ao cumprimento da lei". Ao contrário, manifesta a intenção "de rever a situação das empresas com intervenção estatal e em autogestão, sem previamente ouvir os trabalhadores e assegurar o controlo estatal da economia por parte do Estado, nos termos da Constituição". E desenvolve "tentativas de fazer sair legislação, sem a participação dos Trabalhadores, prevista na Lei fundamental".

Por isso, a Intersindical e os secretariados das comissões dos trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, reafirmam a necessidade da "participação e a mobilização dos trabalhadores", que "desempenha um papel decisivo. Ontem, na criação de condições para o derrube do regime fascista e para a obtenção das conquistas fundamentais. Hoje, para a defesa, consolidação e aprofundamento dessas conquistas".

REUNIÃO NA GUARDA

Uma grande reunião-comício de trabalhadores do Distrito da Guarda, realizada no pavilhão do Inatel, aprovou, no sábado passado, uma moção apoiando

a realização do Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores sobre legislação do trabalho, que decorre em Lisboa no próximo sábado, e opondo-se firmemente à publicação de leis de trabalho contrárias aos interesses dos trabalhadores.

O encontro, promovido pela União dos Sindicatos da Guarda, aprovou ainda o envio da moção à Assembleia da República, à Comissão Constitucional e ao Presidente da República.

UNIDADE NA ACÇÃO

Entretanto, a União dos Sindicatos de Lisboa, e 25 sindicatos, divulgaram o texto do documento intitulado "Unidade na Acção, a Força dos Trabalhadores — Sobre a Legislação do Trabalho". O documento, aprovado por todos os sindicatos que o assinam constitui, na opinião de diversos trabalhadores, um subsídio importante para a discussão do próximo encontro nacional do dia 6.

Dividido em 9 partes, o folheto trata de contratação colectiva; contratos a prazo; despedimentos; greve; controlo de gestão; saneamentos nas empresas; trabalho rural; e trabalho de estrangeiros em Portugal.

Na introdução, o documento ressalta a necessidade de se fazer cumprir a Constituição, particularmente o "conjunto de importantes direitos reconhecidos às organizações de trabalhadores".

PUB.

Ricino 3/11/76

SINDICATO DOS OPERÁRIOS ESTUCADORES, TROLHAS E PINTORES DO DISTRITO DO PORTO

Moções aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 30/10/76

Por unanimidade deliberou-se que:

Dada a importância do Congresso para a Unidade dos Trabalhadores, e

1. — Considerando que no momento actual, existem forças reaccionárias da direita a tentarem dividir o movimento sindical criando a divisão de organizações sindicais, atirando trabalhadores contra trabalhadores;

2. — Considerando que há organizações que pagam só para entrar no processo revolucionário dos trabalhadores alcançado após o 25 de Abril;

3. — Esta assembleia decide que os representantes do nosso sindicato sejam o mais activos possível nos trabalhos de preparação para o Congresso, e que estejam sempre presentes nas reuniões gerais de sindicatos, desde que estas sejam sempre em benefício da unidade dos trabalhadores;

4. — Que a direcção e delegados sindicais se façam representar no Congresso de todos os sindicatos portugueses, e que o nosso voto seja o símbolo da unidade que representamos.

**PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES
POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES
VIVA A CLASSE OPERÁRIA**

... Após tomarem conhecimento de como vai o Contrato Vertical para o sector da Construção Civil decidem:

1. — Repudiar as manobras do patronato em relação ao nosso C.C.T. Vertical;

2. — Exigir que o Governo tome medidas imediatas para a resolução deste grave problema;

3. — Responsabilizar os órgãos do Governo por tudo quanto venha a acontecer no sector da Construção Civil;

... Dado conhecimento dum projecto de decreto-lei sobre despedimentos aprovado recentemente pelo Governo e de uma série de medidas anunciadas sobre trabalho e ao verificarem que tal projecto as medidas são contrárias à Constituição como às medidas propostas pelo Movimento Sindical deliberaram:

1. — Exigir o cumprimento rigoroso da Constituição a todos os órgãos de soberania;

2. — Lutar firmemente pelo direito ao trabalho denunciando e opondo-se rigorosamente a todas as medidas que o ponham em causa.

**PELO DIREITO AO TRABALHO
PELO CUMPRIMENTO RIGOROSO DA CONSTITUIÇÃO
CONTRA AS LEIS ANTIOPERÁRIAS
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS**

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
O SECRETÁRIO

Francisco Ribeiro

Impugnada a assembleia dos Escritórios

VIANA DO CASTELO — A direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e Comércio desta cidade, manifestou, em comunicado ontem divulgado, total apoio ao processo de impugnação da última assembleia geral extraordinária do sector, desencadeado por um grupo de sócios que considerou aquela reunião ilegal e ilegítima.

Defendendo os princípios estatutários, a direcção do Sindicato denuncia as manobras partidárias e divisionistas que "a todo o custo", alguns grupos pretendem efectuar, "com

o objectivo de minarem a força da unidade dos trabalhadores e do movimento sindical, para que seja mais fácil a recuperação capitalista, em prejuízo de quem sempre foi explorado neste país".

O desrespeito pelo prazo de convocatória; a votação fora da ordem de trabalhos; de uma moção visando impedir o Sindicato de participar no Congresso de Todos os Sindicatos; e a presença na sala de indivíduos não identificados constituem os motivos da impugnação que já corre os seus termos no Tribunal do Trabalho.

Luciano
3/11/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LISBOA

AVISO REFERENDO

Luciano
3/11/76

Comunica-se a todos os sócios, que não recebam o postal-convocatória, que facilitará o acto de votação, para o próximo referendo do dia 18 do corrente, na sua residência ou local de trabalho, que a partir de 8 do corrente, se devem dirigir aos Serviços do Sindicato (1.º andar — Informática) de 2.ª feira a 6.ª feira, das 8 às 23 horas e sábado, das 8 às 13 horas, a fim de ser corrigida a anomalia.

Mais se informa que este Serviço de correcção das listagens de voto, se encontram à disposição dos sócios, até ao próximo dia 15 do corrente.

PARTICIPA

A DEMOCRACIA VENCERÁ I

Lisboa, 2 de Novembro de 1976

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
O CONSELHO FISCALIZADOR

Jovens trabalhadores contra política do M.T.

Luciano
3/11/76

Reunida em plenário, no prosseguimento dos trabalhos que tem vindo a desenvolver com vista à realização do Encontro Regional da Juventude Trabalhadora dos distritos de Lisboa e Setúbal, a respectiva comissão organizadora dirigiu um apelo à «participação activa de todos os jovens, nas empresas, nos sindicatos e nas escolas, na discussão dos documentos-guias para elaboração das teses e na divulgação do Encontro, a fim de que o mesmo venha a ser um marco histórico na organização da Juventude Trabalhadora, na luta pelos seus direitos específicos.»

Em vários plenários de empresa, já realizados, foram eleitos dezenas de delegados ao Encontro, novas reuniões (incluindo plenários da zona) estão marcados para os próximos dias.

Os elementos da comissão organizadora aprovaram, entretanto, por unanimidade, uma moção de repúdio pelas recentes medidas preconizadas pelo Ministério do Trabalho, considerando que elas «vêm colidir com as legítimas aspirações da classe trabalhadora e muito especialmente com as da Juventude Trabalhadora, no que se refere ao congelamento da contratação colectiva, despedimentos e regulamentação do salário mínimo nacional», e exigindo que este seja aplicado a partir dos 18 anos, com base no princípio de «para trabalho igual, salário igual».

Numa outra moção, é saudada a última Reunião Geral dos

Sindicatos, bem como as suas deliberações: marcação da data do Congresso de Todos os Sindicatos portugueses, aprovação do respectivo regulamento, e eleição da C. N. O. C.. A moção saudava igualmente o êxito de todo o trabalho preparatório do Congresso, através de mais de mil reuniões realizadas por todo o país.

Registo

Luciano
3/11/76

Um rival de Cardia

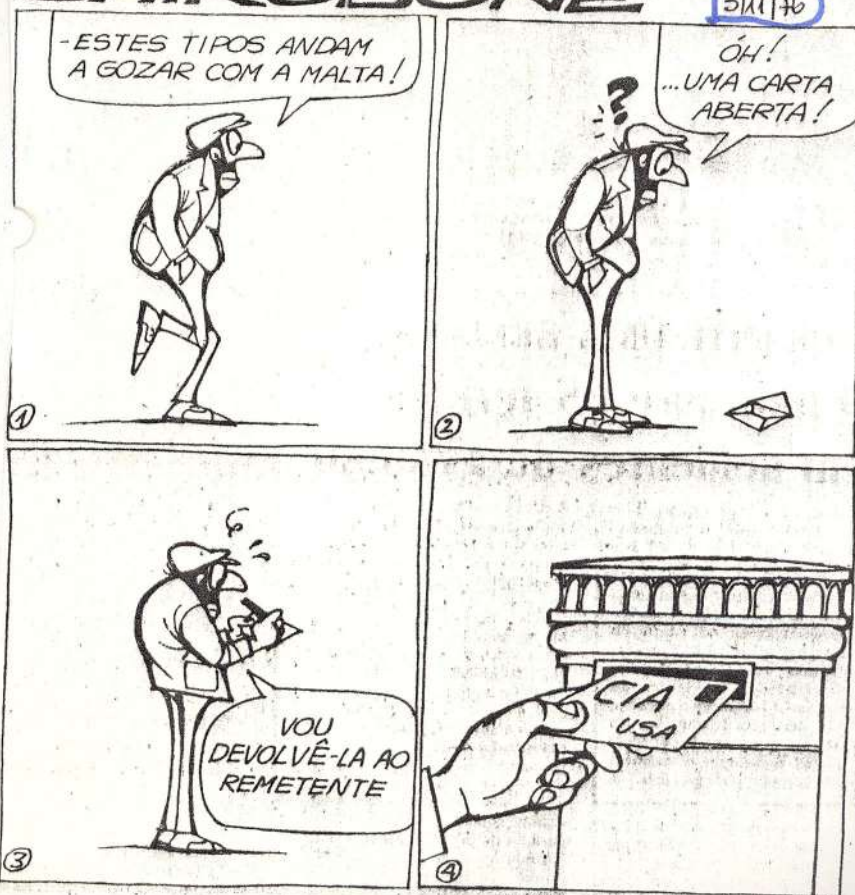
Provavelmente, o ministro do Trabalho receberá nos próximos dias do sr. Sá Carneiro e do prof. Freitas do Amaral elogios comparáveis àqueles que de ambos mereceu o ministro da Educação. Tais coisas disse no Congresso do PS que a direita não tardará a ver nele «o dinamismo, a coerência e a decisão» que tanto admira no titular do MEIC.

Misturando a sua condição de ministro com a de dirigente partidário, o sr. Marcelo Curto, fantasiado de Oliveira Martins, discorreu sobre a história do movimento sindical para concluir que «a estrutura sindical herdada do fascismo está intacta». Seguidamente, trocando os dotes de historiador, pelos de profeta bíblico, desfechou maldições sobre a Intersindical e derramou bênçãos sobre a «Carta Aberta», exortando os militantes do PS a continuarem fiéis aos princípios do grupo-missiva. Falou como o teria feito qualquer inspirado redactor do «Mensageiro de Bragança» ou do «Cavaleiro da Imaculada».

Grande e sábio homem, não há dúvida, colocou o dr. Mário Soares à frente do Ministério do Trabalho.

CHIKOBONÉ

Luciano
3/11/76



Greve total pela reintegração dos dirigentes sindicais despedidos

Não se conhecem ainda, no momento em que escrevemos, os resultados da reunião realizada esta manhã no Ministério do Trabalho, a que estão presentes elementos das Comissões de Trabalhadores e Sindical e representantes da entidade patronal da firma «Manuel Lopes Henriques e Filhos», do sector têxtil.

A reunião surgiu após um súbito conflito de trabalho desencadeado naquela empresa, quando, no decorrer de um plenário, dois dirigentes sindicais foram abordados pelo advogado da administração que os informou de que estavam despedidos. Os sindicalistas atingidos por esta medida do patrão são António Rosas, membro do actual Secretariado da Intersindical e presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Têxteis do Sul, e Manuel Correia Lopes, presidente da Direcção do mesmo sindicato e membro do anterior secretariado da Inter.

Os trabalhadores da empresa, a exemplo da quase totalidade dos seus camaradas por todo o País, tinham iniciado ontem a série de greves de uma hora adoptada como forma de

luta pelo contrato colectivo de trabalho único e vertical. Perante aquilo que consideraram ser uma manobra provocatória do patrão, os trabalhadores da «Manuel Lopes Henriques», terminada a prevista paralisação de uma hora, permaneceram em greve e estão decididos a continuá-la, até que os despedimentos sejam levantados. Se da reunião no Ministério do Trabalho não surgir a solução do conflito, os delegados sindicais reunirão de novo no sindicato, para estudarem formas de luta a nível nacional.

O despedimento de António Rosas e de Manuel Lopes suscitou um imediato e amplo movimento de repúdio. Ontem ainda, o secretariado da Intersindical, em comunicado, inseria a actuação da entidade patronal de «Manuel Lopes Henriques e Filhos» «na campanha de repressão e insegurança a que, nos últimos meses, se tem dedicado o patronato reaccionário, animado pela recente legislação antioperária aprovada pelo Governo» e classificava tal actuação de «provocatória, prepotente e anticonstitucional» (...) «alertando mais uma vez o Governo para as conse-

quências da sua passividade perante a arrogância patronal, que tem propiciado o avanço das forças do capital contra as conquistas duramente conseguidas das massas trabalhadoras». Neste caso — continua o comunicado da Inter — «não se pretende atingir apenas mais dois dirigentes sindicais, mas sim todo um sector que luta, neste momento, pela concretização do seu contrato colectivo de trabalho».

O PATRÃO PROTESTA

No Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul foi recebido um telegrama redigido nestes termos: «Protesto contra a introdução abusiva de Manuel Correia Lopes e de António Cunha Rosas, desse sindicato, no edifício desta empresa». Assina Manuel Lopes Henriques e Filho, Ld.ª.

Este telegrama foi enviado no seguimento da decisão do patrão de abandonar a fábrica, dizendo que não voltaria enquanto não tivesse a certeza que os dois dirigentes sindicais tinham abandonado a em-

presa e que não voltavam mais ao trabalho. Esta decisão iria no entanto esbarrar com a determinação dos trabalhadores, que não voltaram às máquinas e se mostraram decididos a continuar em greve e a levar até às últimas consequências a luta pela reintegração plena dos dois camaradas despedidos.

Estes e outros factos são relatados num comunicado do sindicato no qual se afirma: «Não é por acaso que isto acontece. Hoje (o comunicado está datado de ontem) é o nosso primeiro dia de luta pelo nosso Contrato Colectivo de Trabalho Único e Vertical. Hoje começaram as paralisações nas fábricas do nosso sector, pois foi esta a forma de luta decidida por todos nós para obrigarmos os patrões a sentarem-se a mesa das negociações. Mas nós sabemos pela nossa experiência que os patrões não cedem facilmente e que lançam mão de todo o tipo de manobras para nos desencorajar de prosseguir na luta. O que aconteceu na Manuel Lopes Henriques é um exemplo bem claro do que acabamos de dizer».

Adesão quase total à paralisação nos Têxteis

licença 4/11/76

Dois dirigentes sindicais despedidos

Os trabalhadores das indústrias têxteis, de lanifícios e vestuário paralisaram ontem a laboração em todas as empresas do país, levando à prática a decisão assumida no passado fim-de-semana em dezenas de plenários, para obrigar o patronato a encetar as negociações do contrato colectivo de trabalho vertical único para todo o sector.

A adesão à paralisação de uma hora por cada turno de laboração atingiu, a nível nacional, mais de 95 por cento dos trabalhadores do sector, tendo parado completamente a maior parte das fábricas de todo o país.

No Norte, onde se encontra a maioria das empresas do sector, a paralisação atingiu índices próximos dos cem por cento, não se registando incidentes.

No Porto, bem como na corda do Ave, região em que se concentra a maioria das empresas têxteis, a luta desencadeada pelos trabalhadores foi um êxito — revelaram-nos dirigentes sindicais do Porto e de Braga, dando conta da aprovação, pelos trabalhadores, de moções que apontam para a unidade. Em alguns casos, os trabalhadores recusaram propostas isoladas dos patrões para aumentos salariais. Tal aconteceu, por exemplo, na empresa Joaquim Tavares (Porto), onde não teve acolhimento uma proposta de aumento de mil escudos

mensais.

No Porto, apenas há conhecimento de um incidente, registado na fábrica «Avenida», onde uma trabalhadora pretendeu «furar» a greve.

Em Penafiel, a paralisação foi praticamente total. Na «Bastos e Virgas», os cerca de 200 trabalhadores suspenderam totalmente a laboração no primeiro turno. Também em Vila do Conde, onde se situam importantes empresas do sector, a paralisação foi decisiva: mais de 92 por cento do pessoal aderiu a esta forma de luta pela conquista de um contrato digno para a classe.

Em Guimarães, cerca de meia centena de empresas paralisaram a cem por cento. Em Famalicão, a adesão à greve atingiu quase a totalidade dos trabalhadores, com a paralisação total da «Oliveira Ferreira», «Empresa Têxtil Eléctrica», «J. Ferreira Braga», «Silma», etc., registando-se adesão maioritária na «Carides», «L. Araújo», «Sacramento e Araújo», «Ibis» e outras.

Em Santo Tirso, apenas dois dos 520 trabalhadores da «Ortex» não aderiram à paralisação. Na «Flor do Campo», empresa do «comendador» Abílio, suspeito de acções bombistas recentemente libertado do presídio de Caxias, a adesão foi praticamente total: 564 dos 580 trabalhadores assumiram

posição firme pelo novo contrato. Na «Rio Vizela», somente dez dos 420 trabalhadores não aderiram à paralisação. Noutras empresas da área, a paralisação atingiu percentagens próximas dos cem por cento.

No âmbito do sindicato de Castanheira de Pera, que abrange as fábricas de Mira d'Aire, Avelar e Coimbra, a adesão rondou os cem por cento, tal como em Tortosendo, Unhais da Serra e Manteigas. Em Gouveia e na Covilhã (cidade), por descoordenação de informações, registaram-se os índices mais baixos de adesão, com cerca de 80 por cento.

Em toda a região Sul, designadamente em Lisboa, a adesão rondou os 95 por cento dos trabalhadores.

DIRIGENTES SINDICAIS DESPEDIDOS

Entretanto, em Lisboa, dois dirigentes sindicais foram arbitrariamente despedidos quando participavam num plenário na empresa onde trabalham. Os dois dirigentes são António Cunha Rosas, membro do actual secretariado da Intersindical Nacional e presidente da mesa da assembleia do Sindicato dos Têxteis de Lisboa e Manuel Correia Lopes, antigo membro do secretariado da «Inter» e actual presidente da direcção

do Sindicato dos Têxteis e secretário da Federação dos Sindicatos do sector.

Ao terem conhecimento da atitude provocatória do patrão da «Manuel Lopes Henriques e Filhos, Lda», direcções sindicais dos têxteis e de outros sectores, bem como a generalidade dos trabalhadores têxteis, de lanifícios e vestuários solidarizaram-se com os dois dirigentes despedidos, exigindo a sua imediata reintegração. Os trabalhadores da empresa em que trabalhavam os dirigentes sindicais igualmente colhidos de surpresa pela decisão provocatória do patrão não chegaram a retomar o trabalho, mantendo-se em greve.

Entretanto, ao mesmo tempo que começaram as diligências necessárias, junto do Ministério do Trabalho, para a resolução do assunto, o secretariado da Intersindical Nacional, num comunicado divulgado ontem à noite, repudia energicamente a provocação patronal, que insere na estratégia geral do patronato reaccionário que procura a agudização dos conflitos de Trabalho. O secretariado da «Inter» exige, também, do Ministério do Trabalho — que responsabiliza pela passividade demonstrada em face da campanha de recuperação do patronato —, medidas imediatas tendentes à reintegração dos dois dirigentes.

DESPEDIMENTO DE DOIS DIRIGENTES

DO SINDICATO DOS TÊXTEIS

O Popular
4/11/76

A coincidir com o início da luta pelo Contrato Colectivo Unico e Vertical, desencadeada pelos operários têxteis — paralisação de uma hora, por turno — o patrão da fábrica Manuel Lopes Henriques & Filhos, de Moscavido, despediu ontem dois dirigentes sindicais: António Rosas, do secretariado da Intersindical e presidente da mesa da assembleia do Sindicato dos Têxteis do Sul e Manuel Lopes, presidente do mesmo sindicato. O despedimento, anunciado quando Manuel Lopes e António Rosas participavam numa reunião realizada durante a hora de paralisação, vem na sequência de várias tentativas da administração para não pagar o vencimento aos dois sindicalistas, ao que era obrigada, pelo C. C. T. ainda em vigor.

A atitude do patrão foi imediatamente repudiada pelos trabalhadores, que paralisaram todas as actividades no que foram acompanhados pelos seus camaradas da fábrica associada, Manuel Domingos Júnior. Os 500 operários daquelas duas unidades, reunidos em plenário, aprovaram, por unanimidade e aclamação, uma moção de repúdio pelo «despedimento arbitrário» e, exprimindo o seu total apoio aos sindicalistas despedidos, decidiram não retomar o trabalho enquanto os mesmos não fossem readmitidos.

A hora em que encerramos esta edição decorre uma reunião no Ministério do Trabalho, na qual participam a administração da Manuel Lopes Henriques, dirigente do Sindicato e a comissão de trabalhadores da fábrica, numa tentativa de resolver o conflito. Se este objectivo não for conseguido, realizar-se-á esta noite, na sede do sindicato, uma reunião geral de delegados sindicais, para decidirem da forma de luta a pôr imediatamente em prática.

Um elemento da direcção dos Têxteis, com quem contactámos, começou por nos afirmar: «Esta arbitrariedade, que atinge dois dos mais prestigiados sindicalistas portugueses, bem conhecidos de todos os trabalhadores, inscreve-se na escalada do patronato, e, como é do conhecimento público, o nosso sector tem sido dos mais visados».

Seguidamente, referiu as manifestações de apoio já re-

cebidas, vindas dos mais variados sectores e esclareceu-nos da análise feita ao acontecimento pelo elenco directivo: «Eles fixaram coincidir o despedimento com a jornada de luta, logo à primeira hora de paralisação. Pretendiam, com certeza, intimidar os trabalhadores — o que, diga-se desde já, não conseguiram. Ou então, pretendiam mesmo despoletar qualquer coisa de mais grave, um «estalar de foguetes».

«CONSEQUÊNCIAS DA PASSIVIDADE DO GOVERNO»

Por sua vez, o secretariado da Intersindical divulgou um comunicado, repudiando «veementemente esta actuação provocatória, prepotente e anti-constitucional, (...)», alertando mais uma vez o Governo para as consequências da sua passividade perante a arrogância patronal, que tem propiciado o avanço das forças do capital contra as conquistas, duramente conseguidas, das massas trabalhadoras».

Salientando que os dois dirigentes sindicais exerciam uma actividade dentro do âmbito das suas responsabilidades, orientando uma reunião de trabalhadores da sua empresa, a Intersindical «exige do Governo uma firme intervenção para que se cumpram, integralmente, os direitos dos trabalhadores consignados na Constituição».

A terminar, afirma-se no comunicado: «Neste caso não se pretende atingir apenas mais dois dirigentes sindicais, mas sim todo um sector que luta, neste momento, pela concretização do seu C. C. T. Por tudo isto, a Intersindical alerta todos os trabalhadores para que se mantenham unidos no prosseguimento da sua justa luta, e não permitam que a sua determinação seja atingida por aqueles que, em todas as suas actuações, revelam querer continuar a exploração dos trabalhadores».

85 POR CENTO DE ADESÕES À PARALISAÇÃO DE ONTEM

Entretanto, prossegue a luta dos operários, nos moldes aprovados em várias reuniões, e que temos vindo a noticiar. Segundo informações já coligadas pelos delegados sindicais, a

adesão à primeira paralisação (ontem) cifrou-se na ordem dos 85 por cento, a nível nacional, o que — consideraram — «ultrapassou as estimativas mais optimistas».

A paralisação prossegue agora, por período indeterminado, até os representantes do patronato acederem a participar nas negociações do Contrato Colectivo de Trabalho.

BOLETIM DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

O último número do Boletim do Ministério do Trabalho (n.º 20) respeitante à segunda quinzena de Outubro, contendo legislação diversa, despachos e portarias que regulamentam o trabalho em diversas actividades acaba de ser posto em distribuição (podendo ser adquirido no Ministério do Trabalho e em todas as delegações e subdelegações daquele departamento governamental, no continente e ilhas adjacentes).

Este número do Boletim inclui várias convenções colectivas de trabalho que interessam a trabalhadores de diversos sectores, nomeadamente da ourivesaria e relojoaria do sul, panificação da ilha Terceira, do ramo automóvel, da pesca e da sardinha de Peniche. São publicadas as listas dos corpos gerentes dos sindicatos dos Técnicos Agrários Electricistas do Norte, Técnicos de Topografia, Capitães e Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante, dos Profissionais dos Transportes Rodoviários, Empregados de Garagens, Estações de Serviço, «Stands» de Automóveis e Ofícios Correlativos do Distrito de Aveiro, as comissões liquidatárias dos ex-Grémios da Lavoura da Póvoa de Varzim, Alandroal, Nelas, Figueira da Foz e Ponte de Sôr, Comissões de Conciliação e ulgamento dos distritos de Aveiro, Coimbra, Setúbal, Vila Real e Vistu.

No sector de emprego é inserida uma análise da situação do mercado de emprego do mês de Setembro reportada à procura e oferta, movimento de candidatos a subsídio de desemprego e despedimentos detectados pela Direcção dos Serviços de Emprego ao longo do mês em análise.

Volume 4/11/76

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES DE VESTUÁRIO! A TODOS OS TRABALHADORES!

CAMARADAS:

Os nossos camaradas MANUEL CORREIA LOPES e ANTÓNIO ROSAS do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário e Lanifícios do Sul foram hoje abusivamente despedidos pelo patrão Manuel Lopes Henriques.

Este gravíssimo facto tem de ser analisado dentro do contexto político-laboral em que se insere. É o que iremos fazer.

1.º — Os camaradas Correia Lopes e Rosas são consequentes lutadores e militantes sindicais há longos anos, tendo-se destacado na luta anticapitalista muito antes do 25 de Abril de 1974. Desde sempre à frente dos trabalhadores portugueses, nomeadamente dos trabalhadores dos Lanifícios, travaram numerosas batalhas contra os exploradores do povo.

Os camaradas Correia Lopes e Rosas são dirigentes sindicais fortemente prestigiados junto das massas trabalhadoras pela sua honestidade, capacidade de trabalho e sincera dedicação à causa dos explorados deste País.

Os camaradas Correia Lopes e Rosas são bem conhecidos do patronato e suas organizações, que vêem neles perigosos inimigos a abater.

2.º — Por todos os motivos apontados e ainda:

a) Porque se iniciou hoje a primeira fase de luta aberta pela Negociação do primeiro Contrato Colectivo de Trabalho Único e Vertical para todo o Sector Têxtil, à qual o patronato se vem recusando sistematicamente;

b) Porque aqueles nossos camaradas pertencem à Comissão Negociadora daquele Contrato de Trabalho;

c) Porque com o despedimento dos nossos camaradas, o patronato organizado na CIP tenta desorganizar e amedrontar os trabalhadores do sector têxtil;

d) Porque com o despedimento dos nossos camaradas, o patronato e a sua CIP, tentam, numa jogada mais ampla, atingir as centenas de milhares de trabalhadores portugueses em luta por Contratos de Trabalho mais justos e dignos;

e) Porque, e ainda, com o despedimento dos nossos camaradas o patronato e a sua CIP, visam a desestabilização político-laboral do País, para daí retirarem os dividendos apetecidos.

3.º — Por todos os motivos apontados, dizíamos, o patronato e a sua CIP, decidiram lançar no importante sector Têxtil, a sua experiência piloto, que a surtir os efeitos desejados, será o abrir do caminho a trilhar.

4.º — Não nos restam dúvidas de que o patronato, que dia a dia vê o cerco apertar-se em sua volta, está disposto a utilizar os meios mais violentamente terroristas para impor a sua lei, opressão e exploração.

CAMARADAS:

Perante esta situação, que fazer?

A resposta só pode ser:

a) Reforço da Unidade e da Organização dos Trabalhadores em volta dos seus Sindicatos;

b) Intransigência na luta pelos novos Contratos Colectivos de Trabalho;

c) Exigência ao governo para que, cumprindo a Constituição, tome as medidas concretas que visem a imediata reintegração dos camaradas despedidos;

d) Responsabilização do Governo pelas consequências que resultem da sua passividade.

**PELA REINTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS CAMARADAS CORREIA LOPES E ROSAS!
PELO NOVO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO ÚNICO E VERTICAL!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS**

OS CORPOS GERENTES DO SINDICATO

Opinão 4/11/76

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA MARINHA MERCANTE AERONAVEGAÇÃO E PESCA CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores deste Sindicato a comparecer em assembleia geral extraordinária a realizar na terça-feira, dia 9 de Novembro de 1976, na Voz do Operário, Rua Voz do Operário, 13 — Lisboa-1, pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Análise da comunicação feita ao País pelo Primeiro-Ministro em 9 de Setembro
- 2 — Implicações do discurso
 - a) Lei dos despedimentos
 - b) Projecto de lei da greve
 - c) Outros
- 3 — Medidas a tomar

**POR UM SINDICATO DEMOCRÁTICO!
PELO PODER DAS ASSEMBLEIAS!
LUTA! UNIDADE! VITÓRIA!**

Lisboa, 28 de Outubro de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Volume 4/11/76

AFL-CIO confessa ...mas não tudo

Se alguns dos mais explorados e enganados trabalhadores deste País ainda têm dúvidas acerca da ingerência nos nossos assuntos internos — particularmente no movimento sindical — por parte do AFL-CIO depois do que já foi escrito e publicado em anteriores artigos, acrescentarei alguns esclarecimentos, para que se dissipem definitivamente as dúvidas sobre a traição de que estão a ser vítimas, uns por desconhecimento, outros por ingenuidade e, os piores, por conveniência.

Assim, recorrendo um pouco à história do movimento sindical na Europa ocidental e particularmente, reportando-me a Maio de 1967, direi que George Meany, presidente daquela reacção central sindical americana, reconheceu ter entregue 35 000 dólares à «Force Ouvrière» (Central Sindical Francesa de implantação minoritária).

Anteriormente, num artigo publicado pelo «Saturday Evening Post» e numa entrevista no «Los Angeles Times», o senhor Thomas Braden, antigo assistente de Allen Dulles na direcção da Central Intelligence Agency (CIA), afirmou que esta organização (CIA) intervieria, igualmente, para ajudar a «FORCE OUVRIÈRE», arranjando fundos, puramente sindicais.

Ainda segundo o senhor BRADEN, a CIA teria entregue, desta forma, quase dois milhões de dólares anuais aos «Sindicatos não comunistas» — onde está a independência sindical?! — de França e Itália.

Quer a confissão do senhor George Meany quer a dos CIOSOS Thomas Braden e Allen Dulles não nos surpreende e confirma, como já muito bem foi afirmado, que não só o movimento sindical é vítima destes ataques — já nem sequer velados ou encobertos — como, e aí com enormes responsabilidades, a nossa jovem democracia que todos desejamos defender e consolidar.

O imperialismo americano, não só pela voz do seu presidente GERALD FORD, como pelos seus acólitos, entre os que se conta a AFL-CIO, estão a contrariar e a desrespeitar os princípios que concordaram em assumir e defender, da não ingerência nos assuntos internos de cada País, princípio consagrado na Acta Final da Conferência de Helsínquia.

Os encontros em Coimbra da «clique» da denominada «CARTA ABERTA», além do carácter partidário que assumem, contrariando o articulado nos estatutos da estrutura sindical, não poderiam efectuar-se sem que grandes somas de dinheiro fossem proporcionadas aos promotores. Além disso, as respectivas despesas não foram previamente orçamentadas, nem se encontram discriminadas na contabilidade, relatório e contas a apresentar trimestralmente aos Conselhos Fiscais dos Sindicatos presentes. E se, em alguns casos, assim não acontece é porque a corrupção atingiu todos os escalões dos corpos gerentes daquelas organizações de classe.

Vamos, senhores presidentes dos sindicatos aderentes à «Carta Aberta», de onde vem o dinheirinho para as vossas manobras de diversão e divisão sindical, além de alimentarem a desestabilização do jovem processo democrático português?

A quem tiver que responder, é imperioso que se lhe façam as perguntas.

GUILHERME ARTUR
Leiria

Sindicatos discutem projecto-lei do Plano

Opinão 4/11/76

Sensibilizar os trabalhadores para a importância do Plano foi um dos objectivos da reunião que o secretário de Estado do Planeamento, dr.ª Maria Manuela Silva, teve com sindicatos da «Carta Aberta», e a que se seguiram posteriormente encontros com o secretariado da Intersindical e direcções afectas e com dirigentes da Confederação da Indústria Portuguesa (C.I.P.).

Estas reuniões de trabalho constituíram uma oportunidade para o secretário de Estado divulgar a proposta de Projecto de Lei do Sistema de Planeamento apresentado pelo Governo à Assembleia da República, e para iniciar contactos com vista à preparação do Plano a médio prazo (1977-1980).

No encontro havido com os sindicatos de linha democrática ficou decidido realizar nova reunião para discussão e análise daquela Proposta de Lei e preparar a forma de participação dos trabalhadores e das suas organizações na elaboração, execução e controlo do Plano. Entretanto, a secretária de Estado do Planeamento comprometeu-se a apresentar textos de apoio sobre a situação económica, susceptíveis de provocar um debate a nível sindical, e de elaborar um inquérito até ao fim deste mês, que permita situar os trabalhadores na temática a abordar. Por sua vez, os sindicatos, deverão apresentar uma proposta de estratégia de desenvolvimento para o quadriénio 1977-1980.

A vitória da unidade

por GOULART MACHADO

Diário
4/11/32

Os trabalhadores portugueses vão realizar, dentro de três meses, o Congresso de Todos os Sindicatos. Culminando uma ampla discussão levada à prática nos locais de trabalho e nos sindicatos de todos os distritos, o Congresso irá resultar numa imponente jornada de consolidação da unidade forjada, ao longo dos anos, nas pequenas e grandes lutas travadas, primeiro pela democracia, depois pelo lançamento das bases necessárias à construção do socialismo que será o futuro deste país.

No grande combate que é o da luta contra a exploração, a unidade do Movimento Sindical e a vitalidade das suas estruturas organizativas assumem importância decisiva. Disso têm consciência os trabalhadores portugueses, determinados que estão em não permitir o regresso ao passado, depois de conquistadas as liberdades essenciais e substancialmente enfraquecido o poder dos monopólios que os oprimiam.

A FORÇA DA UNIDADE

Com a queda do regime fascista e a imediata obtenção das liberdades, os trabalhadores portugueses deram passos decisivos para a instauração de uma sociedade democrática, por que lutavam há muito. A rápida substituição das comissões administrativas que o Governo corporativista-fascista havia colocado à frente das suas organizações de classe constituiu para os trabalhadores uma primeira tarefa que, simultaneamente com a do reforço das estruturas unitárias cimentadas na luta clandestina — designadamente a Intersindical Nacional, já então uma realidade poderosa — assumiu particular importância.

A força organizada de massas revelada então pelo Movimento Sindical tornou-se indissociável das grandes conquistas revolucionárias

obtidas. O arranque decidido para a Reforma Agrária, as nacionalizações dos grandes monopólios, a prática do controlo de gestão foram vitórias que precederam a promulgação da Constituição da República que definitivamente as veio consagrar. A consolidação das grandes conquistas alcançadas nos dois primeiros anos da Revolução passa pois pela defesa do cumprimento escrupuloso da Lei Fundamental do país.

A recente ofensiva legislativa lançada pelo Governo sem prévia auscultação dos trabalhadores, ao limitar sensivelmente algumas das conquistas alcançadas e comprometer ameaçadoramente os próprios objectivos da sociedade portuguesa apontados na Constituição, constitui um sério aviso para os perigos que espreitam o projecto socialista.

O simples facto de o primeiro Governo Constitucional se permitir decidir sobre importantes questões que afectam directamente os trabalhadores sem que estes sejam sequer ouvidos, a «liberalização» dos despedimentos e da regulamentação do processo de contratação colectiva, a flagrante ingerência governamental nos assuntos sindicais — para apontar algumas questões — só podem naturalmente provocar da

parte do Movimento Sindical uma resposta reveladora da determinação dos trabalhadores em não permitirem que as conquistas alcançadas sejam postas em xeque.

A grande capacidade de mobilização demonstrada em mais de um milhar e meio de reuniões para debate do projecto de regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos e em centenas de plenários de discussão da «legislação antioperária» do Governo constituíam resposta.

Postos perante a realidade da ameaça feita aos seus legítimos interesses, ultrapassando as divergências ideológicas que os diferenciam para se unirem naquilo que realmente os aproxima, os trabalhadores portugueses respondem aos ataques que lhes são movidos com a força da sua unidade e da sua organização. É nesta perspectiva que deve ser entendida a posição da esmagadora maioria de trabalhadores que reafirmaram, no último mês, a sua disposição de luta, erguendo o Congresso que consubstanciará a sua unidade e organização através da reestruturação e do reforço da central sindical.

As manobras divisionistas tentadas pelo grupo da chamada «carta aberta» foram votadas ao fracasso. O empenhamento colocado nessa manobra pelos inimigos declarados dos trabalhadores, as «ajudas» mal disfarçadas, em «agitadores» e dinheiro, de organizações como a AFL-CIO e a CISL, cujas ligações à CIA são por demais conhecidas, comprometeram-na à partida.

VITÓRIA DOS TRABALHADORES

Depois da reunião geral de sindicatos que aprovou definitivamente o regulamento do Congresso, onde 286 organizações sindicais estiveram representadas,

ficou-se com a imagem certa do que na realidade sempre representou a «tendência» divisionista da «carta aberta»: um balão vazio artificialmente soprado pela imprensa de direita e por dirigentes políticos reaccionários ou conciliadores.

Milhares de trabalhadores interrogaram-se sobre as diferenças existentes entre as palavras dos arautos do divisionismo no Movimento Sindical e aquilo que eles próprios sempre defenderam. Essas diferenças eram mínimas. A grande polémica gerada à volta de questões falsas como a da «paridade» das «tendências» sindicais na Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso não foi mais do que um subtil subterfúgio usado para espalhar a confusão. Os homens da «carta aberta» conscientes de que a areia movediça das suas verdadeiras intenções os engoliria implacavelmente se essas fossem correctamente interpretadas, tentaram o impossível; aparentar a imagem dos defensores dos ideais de unidade assumidos pela esmagadora maioria dos trabalhadores. Sempre contrariando os esforços de entendimento desenvolvidos pela generalidade do Movimento Sindical e pelo secretariado da Intersindical, os divisionistas acabaram por perder, uma a uma, as cartas falsas que jogavam. A intenção de forçar o «pluralismo sindical» revelou-se.

Para a direita reaccionária, que jogou forte na divisão dos trabalhadores como etapa da recuperação política e económica que quer fazer, o malogro da «carta aberta» foi um sério revés que ela tentará ultrapassar. A escalada de provocações continuará, à medida que aumenta o desespero dos saudosistas do fascismo, do poder dos monopólios e dos latifúndios.

Para o Governo PS, teimosamente afastado da defesa do projecto que devia ser seu — um projecto de

esquerda que va de encontro aos anseios da maioria do povo português — a reafirmação da determinação e da unidade do Movimento Sindical é também uma contrariedade. Desiludido quanto às possibilidades de contar com uma central sindical única, mas «moderada» ao estilo social-democrata, o partido do Governo tentou criar as condições necessárias a uma pseudoconcordância entre o poder político e os sindicatos. O projecto da «carta aberta» — não obstante «encaixar» momentaneamente na estratégia global das forças reaccionárias — representaria assim um boa oportunidade para a instauração de blocos que de algum modo favorecesse a política conciliadora e de recuperação capitalista em que o Governo se lança.

A criação de sindicatos paralelos e a sua distribuição por centrais que — relegando para segundo plano a defesa dos mais caros interesses de classe dos trabalhadores — se identificassem em maior ou menor grau com opções ideológicas artificialmente antagonizadas — que permitiria ao Governo repudiar por «sabotadores» todos quantos não ratificassem a sua política — parece porém já estar fora do alcance dos divisionistas.

Ao serem lançadas as bases de um Congresso que representará a esmagadora maioria dos trabalhadores sindicalizados portugueses, foi dado um importante passo que não deixará de ter das mais importantes repercussões na defesa do projecto democrático apontado ao socialismo consagrado na Constituição da República. Ao mobilizarem-se em torno da preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, que continua a ser tema de centenas de reuniões, como quando preparam uma resposta global eficaz à legislação antioperária recentemente promulgada, os trabalhadores agem com a perfeita consciência de quem defende uma causa que é e será sempre a sua.

ORGANIZADO PELOS SINDICATOS

Encontro nacional analisa legislação do trabalho

Culminando intenso debate a níveis de empresa e sindical, realiza-se amanhã, no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, um Encontro Nacional sobre Legislação do Trabalho, aberto à participação de dirigentes e delegados sindicais, e membros das comissões de trabalhadores.

A sessão final do encontro, que é promovido pela Intersindical, revestirá a forma de plenário aberto a todos os trabalhadores, decorrendo a partir das 20 horas no Pavilhão dos Desportos. Proceder-se-á, então, à leitura das conclusões, referentes às dez subsecções em que se dividiram, durante o dia, os participantes no Encontro.

Temas a debater: controlo operário (intervenção organizada dos trabalhadores no controlo da economia e na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais, nomeadamente participação na legis-

lação do trabalho); empresa sob gestão dos trabalhadores, cooperativas, empresas controladas pelos trabalhadores, empresas com intervenção do Estado; direito à greve e outras formas de luta dos trabalhadores; contratação colectiva e política salarial; direito ao trabalho e segurança no emprego; horário de trabalho, segurança social e saúde; trabalho doméstico, direitos e garantias dos trabalhadores reconhecidos na Constituição; unidade dos trabalhadores, reforço da organização, trabalho de massas.

Por cada uma destas secções foi elaborado um texto de apoio que vai ser discutido pelos participantes, após as discussões realizadas nas empresas, plenários gerais de trabalhadores, comícios, etc. Serão extraídas conclusões nas diferentes secções, que vão ser comunicadas na sessão plenária de encerramento e enviadas ao Presidente da Re-

pública, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Comissão Constitucional e Governo.

O Encontro tem início às 9 horas, com a inscrição dos participantes, seguindo-se, pelas 10, a sessão plenária de abertura e, às 11, o começo do funcionamento das secções, que prosseguirá após o almoço, até às 19 horas, momento em que efectuará a sessão plenária de encerramento para ratificação das conclusões das diferentes secções. O plenário aberto de encerramento realiza-se uma hora mais tarde, no Pavilhão dos Desportos, por iniciativa do Secretariado da Inter e das comissões de trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, que apelam para a presença maciça dos trabalhadores devido ao «interesse das matérias Versadas no Encontro».

PROTESTOS CONTRA A LEGISLAÇÃO JÁ ANUNCIADA

Entretanto, continuam a suscitar protestos por parte dos trabalhadores e seus representantes as medidas legislativas recentemente anunciadas pelo Governo, no que respeita a questões de trabalho.

É o caso dos delegados sindicais dos trabalhadores da indústria vidreira (zona Sul), que protestaram energicamente contra essas medidas por as considerarem «lesivas dos interesses de todos os trabalhadores».

Também os delegados sindicais e comissões de trabalhadores do sector industrial das madeiras do distrito de Lisboa, em plenário realizado na quarta-feira, decidiram manifestar o seu repúdio por todos os diplomas aprovados pelo Governo,



A União dos Pensionistas tem, na sua sede, uma sala destinada ao convívio dos reformados, cujas pensões, na esmagadora maioria dos casos, lhes não permitem outro tipo de diversões

Cão-polícia "melhor" que reformado...

«Prometem os estadistas (como se dizia noutro tempo...) que vão «olhar» para a situação dos reformados. E nas campanhas eleitorais essas promessas são como uma luz de esperança que se apaga, no entanto, à medida que o tempo se encarrega de desmentir tais promessas...» Estas foram algumas das palavras proferidas por Joaquim Rosendo, presidente da Comissão Directiva da União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social, em conferência de Imprensa daquela associação.

A situação dos reformados e pessoas da terceira idade foi o tema da alocução de J. Rosendo que mais uma vez, como

vem acontecendo sempre que os reformados lamentam a sua situação, evocou o facto de ser atribuída a um cão polícia, só para alimentação, uma verba mensal de 2700 escudos, superior às pensões dos reformados da Previdência.

O representante da U.P.P.S.S. criticou a actuação de alguns agrupamentos de reformados que apresentaram cadernos reivindicativos e afirmou que a União prefere dialogar com as entidades governamentais para conseguir a satisfação das suas reivindicações. Nesse sentido, elaborou e enviou uma exposição ao primeiro Governo Constitucional, da qual enviou também cópias ao Presidente da República e ao Presidente da Assembleia da República a fim de serem distribuídas pelos deputados.

Na exposição, e baseando-se, entre outros considerando, no artigo 63.º da Constituição da República, que prevê a criação de um sistema de segurança social que protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, orfandade, etc., a U.P.P.S.S. solicita ao Governo «urgentes providências no sentido de minorar a situação verdadeiramente aflitiva e gritante do sector da população

mais desfavorecida do País». Conjuntamente, apresenta ao Governo um projecto de decreto-lei que entre outras determinações, fixa o salário mínimo nacional em 5000 escudos, e eleva as pensões mínimas de invalidez e velhice do regime geral da Previdência para 4000 escudos, sendo acrescidas de percentagens consoante os anos de contribuição registadas nas Caixas de Previdência.

Joaquim Rosendo informou ainda que a U.P.P.S.S. participa, de acordo com o grupo de trabalho da Intersindical e com o apoio dos Sindicatos que representam as antigas profissões dos reformados, na realização de um plenário de delegados das diversas comissões e associações de reformados para tratar da unidade associativa destes antigos trabalhadores, a efectuar brevemente em Lisboa.

A U.P.P.S.S. colabora também com a Comissão da Terceira Idade integrada na lista eleitoral da freguesia de Arroios e nas iniciativas de um grupo de sócios para a fundação de uma cooperativa de reformados e organização da primeira semana da Terceira Idade que deverá realizar-se no princípio de 1977.



comunicado da intersindical

1. As profundas transformações económicas, sociais e políticas ocorridas após o derrube do regime fascista apenas foram possíveis pela permanente acção revolucionária das massas populares em geral e trabalhadores em particular. Com efeito, a constante vigilância do poder económico, conduzida em íntima aliança com o Movimento das Forças Armadas, possibilitaram a obtenção de importantes conquistas, como:

- a tomada de medidas contra a sabotagem económica que atingiu elevados araus logo após o 25 de Abril;
- a Reforma Agrária e as nacionalizações que liquidaram o poder dos monopólios e latifúndios;
- o controlo operário;
- a gestão operária em empresas abandonadas e/ou sabotadas pelo patronato;
- a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, com a fixação do salário mínimo e seu ajustamento posterior, o alargamento da contratação colectiva aos assalariados rurais, a proibição de despedimentos sem justa causa, etc.
- o direito à greve;
- o afastamento de entidades notoriamente fascistas dos seus postos de chefia e direcção;
- a participação dos trabalhadores na gestão da Previdência; etc., etc.

Este processo de transformação da organização da sociedade veio a atingir um ponto alto com a elaboração e promulgação da Constituição, Lei Fundamental que reconhece e garante as conquistas fundamentais do povo português.

Esta acção revolucionária desenvolvida em unidade, e a elevada consciência e sentimento patriótico das massas trabalhadoras levou, ainda, a sacrifícios e esforços constantes no sentido de, pelo seu lado, não permitirem reduções dos níveis de produção. Casos há em que, bem pelo contrário, a produção e as condições económicas e financeiras das empresas acusaram sensíveis progressos, como, por exemplo, nas zonas da Reforma Agrária e em unidades geridas pelos trabalhadores.

2. Porém, as perspectivas de uma sociedade justa e sem exploração e as sucessivas vitórias que vão sendo alcançadas, se, por um lado, mais incentivam e animam os trabalhadores, por outro lado, mais provocam o desenvolvimento das tentativas reaccionárias das forças inimigas da classe trabalhadora para pôrem em causa as conquistas alcançadas, inclusive a própria Constituição.

Daqui decorre a necessidade de os trabalhadores definirem e levarem à prática um conjunto de tarefas fundamentais. Assim, imperioso se torna o alargamento da consciencialização e o reforço da unidade e da organização, a fim de mais facilmente se exercer uma vigilância e uma defesa eficazes das conquistas alcançadas.

Ora, a Constituição estabelece, por exemplo, que ao Estado incumbe prioritariamente «estimular a participação das classes trabalhadoras e das suas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais», e que, às Comissões de Trabalhadores e Associações Sindicais, assiste o direito «à participação na elaboração da legislação do trabalho».

No quadro das tarefas imediatas que se impõem aos trabalhadores está, portanto, a análise e discussão da legislação de trabalho, com o objectivo de permitir uma posição correcta aos trabalhadores para a defesa dos seus legítimos interesses e direitos.

Numa altura em que se intensificam as tentativas de recuperação capitalista e se ensaiam, por todos os modos, limitações aos direitos das massas laboriosas, é muito grave que o governo, para além de não cumprir princípios da Constituição como os acima transcritos, venha tomar medidas nitidamente anti-populares e anti-operárias.

Com efeito, abundam os exemplos dessa acção do governo:

- o governo critica os trabalhadores,

utilizando casos não representativos, embora possam ser verdadeiros num ou noutro aspecto, sem exercer acções no sentido de combater as prepotências, os abusos e os ataques das forças reaccionárias que ensaiam a recuperação capitalista;

- o governo «liberaliza» os despedimentos quando a Constituição, claramente, proíbe os despedimentos sem justa causa;
- o governo anuncia a regulamentação dos contratos a prazo que não garante o direito ao trabalho que a Constituição reconhece;
- o governo propõe-se suspender a contratação colectiva nas empresas com intervenção do Estado e excluir certas matérias dos contratos colectivos, como as que se referem a remunerações complementares e benefícios complementares de «previdência»;
- o governo pretende condicionar os aumentos salariais por via das contratações colectivas das empresas nacionalizadas (o que poderá originar graves injustiças relativas);
- o governo não toma posição contra o boicote das associações patronais às negociações de contratos colectivos;
- o governo propõe-se legislar sobre todo um vasto conjunto de matérias sem uma efectiva participação das organizações dos trabalhadores, ou com prazos demasiado curtos para uma tomada de posição, insistindo, ainda, em não divulgar projectos que já elaborou. Estão nestes casos, o horário e o regime de prestação de trabalho (designadamente o trabalho por turnos), a reestruturação dos tribunais de trabalho, o regime de férias e feriados, etc.
- o governo tem feito, por outro lado, consultas ao patronato sobre legislação do trabalho, o que é mais uma forma de não respeitar o espírito da Constituição e de autêntica ofensa aos direitos dos trabalhadores.
- o governo informa que vai encontrar «soluções» para as empresas em autogestão, sem informar e assegurar aos trabalhadores a sua participação nos processos.

Por outro lado, a Assembleia da República virá a regulamentar sobre direitos fundamentais dos trabalhadores, como o controlo operário, o direito de associação sindical e o direito de greve.

- 3. Torna-se, pois, necessário que os trabalhadores, através da análise e dis-

cussão aberta de todos estes assuntos, tomem posições no sentido de assegurarem o cumprimento da Lei Fundamental e a satisfação dos seus legítimos interesses e anseios.

A reuniões de trabalhadores nas empresas, nos sindicatos e por freguesias ou concelhos, os comícios para o alargamento do conhecimento dos problemas e como meio de diálogo entre si, são óptimas formas para alcançar os objectivos traçados.

Aliás, a informação aos trabalhadores dos problemas que lhe dizem respeito, tem de ser incentivada, até porque os órgãos de comunicação social são, de uma maneira geral, uma fonte que, cada vez mais, se orienta em direcção que nada têm a ver com a defesa das massas laboriosas e com a prestação de informações sobre o verdadeiro contexto dos problemas.

A consciencialização crescente e a mobilização dos trabalhadores através das formas indicadas, para além do esforço na elaboração e distribuição de comunicados das organizações sindicais e das CT são ainda um excelente meio para a preparação do Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e de Comissões de Trabalhadores a efectuar no próximo dia 6 de Novembro, onde todos estes problemas serão analisados e discutidos.

4. O Encontro Nacional acima referido insere-se, assim, no reforço da unidade dos trabalhadores e das suas organizações, tarefa fundamental a levar à prática no sentido da criação de condições para a defesa da democracia, das grandes conquistas revolucionárias alcançadas e para a melhoria da qualidade de vida das massas laboriosas.

A sua boa preparação, a mobilização dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, e a participação em massa de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores constituem importantes passos para a grande acção de unidade, esclarecimento e reforço dos nossos camaradas e das nossas organizações de classe.

PELO CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO

PELO REFORÇO DAS NOSSAS ORGANIZAÇÕES

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

O Secretariado da Intersindical Nacional

o Governo aprova legislação anti-operária, contra a constituição e as conquistas dos trabalhadores

1—Segundo o comunicado oficial, o Governo aprovou na sua reunião de (...) 19.10.76, decreto-lei que altera a legislação sobre despedimentos elaborada depois do 25 de Abril (decretos-leis n.ºs 372-A/75 e 84/76) e outro que cria uma comissão interministerial permanente para a contratação colectiva.

2—O texto do decreto-lei sobre despedimentos, reproduzido no comunicado do Conselho de Ministros, permite desde já concluir que o Governo cedendo às exigências do patronato reaccionário da CIP e da CAP, bem como das multinacionais, atenta gravemente contra uma das mais importantes conquistas da Revolução do 25 de Abril que é a proibição, hoje constitucional, dos despedimentos sem justa causa.

Atacando expressamente a legislação elaborada depois do 25 de Abril (bem como a contratação colectiva), que considera um «espartilho», e pugnando por «maior flexibilidade na resolução dos contratos de trabalho», e por maior liberdade para o patronato despedir o diploma agora aprovado altera profundamente o conceito de justa causa, alarga a enumeração dos factos considerados como tal e permite, na maioria desses casos, o despedimento imediato sem processo disciplinar e com base em «averiguação oral e sumária».

Os motivos considerados neste diploma como justa causa, violam direitos fundamentais dos trabalhadores e, se acaso viessem a ser aplicados, permitiriam ao patronato despedir a seu bel-prazer, sem o controlo exercido através do processo disciplinar e das organizações dos trabalhadores.

3—Quanto à comissão interministerial permanente para a contratação colectiva, embora não se conheça ainda o texto do diploma aprovado, é preocupante que o comunicado do Conselho de Ministros inclua entre as suas atribuições a «isenção do cumprimento de condições mínimas de trabalho», o que faz prever estarem a ser preparadas novas e mais graves medidas de congelamento da contratação colectiva, num momento em que mais de 1 milhão e 300 mil trabalhadores vêem os seus interesses imediatos prejudicados pelos impasses nas negociações dos CCT.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO VESTUÁRIO DO PORTO PERANTE A SITUAÇÃO DA MACONDE

O JORNAL DE NOTÍCIAS de 19.10.76 trazia um comunicado da Gerência da «MACONDE—Confecções Lda» que a dado passo dizia: «Como sempre se afirmou, para a solução do problema apenas e só é necessário o Cumprimento da Lei». E ainda: «Ficámos certos que a Unidade Fabril de Braga irá laborar com a mesma camaradagem, ordem, interesse e entusiasmo».

TRABALHADORES: É grave e por isso urgente que desmontemos estas afirmações de princípios, com a prática concreta dos acontecimentos:

- 1) Como se entende que a gerência afirma que só é necessário o cumprimento da lei se o que foi violado foi a própria lei Decreto 215-B/75 capítulo III 25.º e capítulo II do actual C. C. T. que deu origem ao actual conflito Maconde?
- 2) Mais, se é o cumprimento da lei que desejam, como se entende que os

trabalhadores das várias fábricas Maconde, tenham medo de expor os seus pontos de vista, de terem Delegados Sindicais, como no caso da Maconde de Vila do Conde?

3) Como se entende que os trabalhadores tenham medo de se organizarem senão devido unicamente às ameaças veladas da gerência ou seus representantes?

4) Por isso pensamos que a certeza com que a Gerência da Maconde fica na existência de entusiasmo dos trabalhadores, não corresponde à VERDADE porque onde há MEDO não há ENTUSIASMO.

5) É já do conhecimento dos trabalhadores do sector, que houve manobras dentro de uma das fábricas da Maconde para a retirada de galias consarradas no actual Contrato Colectivo de Trabalho. Houve recusas dos trabalhadores o que nos prova que NÃO HÁ PAZ NA MACONDE, porque a PAZ É OBRA DA JUSTIÇA, tal imprime a consignação dos direitos fundamentais da PESSOA HUMANA.

OS TRABALHADORES DA MACONDE DE BRAGA TÊM DE VENCER!

OS OBSTÁCULOS CRIADOS À LIBERDADE SINDICAL NA EMPRESA, NÃO PODEM CONTINUAR NA MACONDE! E... PORQUÊ?

— Porque esses obstáculos são criados pelos que ganham 8, 10, 15 e 30 contos para que os operários não sejam informados e assim não possam apresentar aos Gerentes os seus pedidos e reivindicações...

O Obscurantismo, a ignorância e o medo foram as armas entre outras que o fascismo usou para nos calar e amedrontar.

— NÃO QUEIRAMOS, NÃO PERMITAMOS que os chefes das empresas Maconde e que ganham 8, 10, 15 e 30 contos, nos continuem a querer enganar. Haja Hoestidade, o fascismo acabou.

TRABALHADORES DO VESTUÁRIO! TRABALHADORES DA MACONDE! A UNIDADE NÃO PODE SER UMA PALAVRA, TEM QUE SER UMA PRÁTICA DO DIA A DIA!

— Que os trabalhadores que estão na cantina em atitude de greve tenham a coragem de ultrapassar a sua posição e juntar-se aos seus colegas que estão a trabalhar. O contrário é estar contra si mesmo e contra a sua classe — OS TRABALHADORES.

— Que os trabalhadores da Maconde de Braga, de Vila do Conde, da Póvoa de Varzim e da Maia, tenham a coragem de estar UNIDOS, ATENTOS E ORGANIZADOS pois só assim construiremos uma SOCIEDADE MAIS JUSTA E FRATERNAL.

CUMPRAM-SE A LEI NA MACONDE!

HAJA LIBERDADE SINDICAL!

CUMPRAM-SE OS CONTRATOS COLECTIVOS DE TRABALHO, CONTRATO QUE PREVÊ AUMENTO DE SALÁRIOS NA SUA CLÁUSULA 110.ª!

AS MULTINACIONAIS - MONOPÓLIOS OBEDEÇAM À CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA!

VENÇA-SE O MEDO PARA QUE HAJA UNIDADE E PAZ!

TRABALHO, SIM, MAS SEM AMEAÇAS E EXPLORAÇÃO!

UNIDOS VENCEREMOS

25-10-1976

COMUNICADO

*D. Regueira
4/11/76*

**AOS TRABALHADORES DE VESTUÁRIO!
A TODOS OS TRABALHADORES!**

CAMARADAS:

Os nossos camaradas MANUEL CORREIA LOPES e ANTÓNIO ROSAS do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Vestuário e Lanifícios do Sul foram, hoje abusivamente despedidos pelo patrão Manuel Lopes Henriques.

Este gravíssimo facto tem de ser analisado dentro do contexto político-laboral em que se insere. É o que iremos fazer.

1.º — Os camaradas Correia Lopes e Rosas são consequentes lutadores e militantes sindicais há longos anos, tendo-se destacado na luta anticapitalista muito antes do 25 de Abril de 1974. Desde sempre à frente dos trabalhadores portugueses, nomeadamente dos trabalhadores dos Lanifícios, travaram numerosas batalhas contra os exploradores do povo.

Os camaradas Correia Lopes e Rosas são dirigentes sindicais fortemente prestigiados junto das massas trabalhadoras pela sua honestidade, capacidade de trabalho e sincera dedicação à causa dos explorados deste País.

Os camaradas Correia Lopes e Rosas são bem conhecidos do patronato e suas organizações, que vêem neles perigosos inimigos a abater.

2.º — Por todos os motivos apontados e ainda:

a) Porque se iniciou hoje a primeira fase de luta aberta pela Negociação do primeiro Contrato Colectivo de Trabalho Único e Vertical para todo o Sector Têxtil, à qual o patronato se vem recusando sistematicamente;

b) Porque aqueles nossos camaradas pertencem à Comissão Negociadora daquele Contrato de Trabalho;

c) Porque com o despedimento dos nossos camaradas, o patronato organizado na CIP tenta desorganizar e amedrontar os trabalhadores do sector têxtil;

d) Porque com o despedimento dos nossos camaradas, o patronato e a sua CIP, tentam, numa jogada mais ampla, atingir as centenas de milhares de trabalhadores portugueses em luta por Contratos de Trabalho mais justos e dignos;

e) Porque, e ainda, com o despedimento dos nossos camaradas o patronato e a sua CIP, visam a desestabilização político-laboral do País, para daí retirarem os dividendos apetecidos.

3.º — Por todos os motivos apontados, dizíamos, o patronato e a sua CIP, decidiram lançar no importante sector Têxtil, a sua experiência piloto, que a surtir os efeitos desejados, será o abrir do caminho a trilha.

4.º — Não nos restam dúvidas de que o patronato, que dia a dia vê o cerco apertar-se em sua volta, está disposto a utilizar os meios mais violentamente terroristas para impor a sua lei, opressão e exploração.

CAMARADAS:

Perante esta situação, que fazer?

resposta só pode ser:

a) Reforço de Unidade e da Organização dos Trabalhadores em volta dos seus Sindicatos;

b) Intransigência na luta pelos novos Contratos Colectivos de Trabalho;

c) Exigência ao governo para que, cumprindo a Constituição, tome as medidas concretas que visem a imediata reintegração dos camaradas despedidos;

d) Responsabilização do Governo pelas consequências que resultem da sua passividade.

**PELA REINTEGRAÇÃO IMEDIATA DOS CAMARADAS CORREIA LOPES E ROSAS!
PELO NOVO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO ÚNICO E VERTICAL!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS**

OS CORPOS GERENTES DO SINDICATO



*Lute
4/11/76*

**SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO
E ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE LEIRIA**

**POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA
A UNIDADE, DEMOCRÁTICO E DE MASSAS!**

**PROPOSTAS APROVADAS NA ASSEMBLEIA GERAL
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1976**

PROPOSTA N.º 1. — Considerando na actual conjuntura em que a Intersindical prepara todas as forças para absorver os Sindicatos que lhe fogem ao controle, com vista a preparar o 2.º Congresso da traição, proponho:

1. Voto de confiança e de apoio à actual Direcção do nosso Sindicato.
2. Que a Direcção indique dois elementos para substituir as duas faltas de componentes da mesma.

APROVADA POR MAIORIA

PROPOSTA N.º 2. — Considerando que a actuação do secretariado da Intersindical como da chamada C.N.O.P. é a de, na prática, pretenderem convocar o 2.º Congresso da Intersindical, não obstante o cobrirem com outras roupagens.

Considerando que a actuação do Movimento da "Carta Aberta" e dos Sindicatos democráticos tem contribuído para a unidade de todos os trabalhadores.

Considerando, ainda, a última parte do comunicado subscrito por diversos trabalhadores sócios deste Sindicato.

Propomos que:

1. A Direcção do nosso Sindicato continue a participar nos Encontros dos Sindicatos democráticos, em Coimbra, conjuntamente com os Sindicatos da "Carta Aberta", bem como em todas as reuniões de sindicatos que a Direcção entenda servirem os interesses dos trabalhadores e a sua verdadeira unidade.
2. Se repudie a actuação do secretariado da Intersindical como da chamada C.N.O.P. que pretendem a realização dum Congresso entre amigos.
3. Não reconhecer as deliberações antidemocráticas saídas do Encontro de Direcções Sindicais efectuado no Instituto Superior Técnico em 4 de Setembro passado.

APROVADA POR MAIORIA

PUB.

**UNIÃO DOS SINDICATOS
— INTERSINDICAL
DE COIMBRA**

*Recebo
4/11/76*

CONVOCATÓRIA

Convocamos todos os Sindicatos do Distrito de Coimbra e as Delegações e Secções do Concelho da Figueira da Foz a participarem na Assembleia de Constituição da UNIÃO SINDICAL LOCAL, (visto que na última Assembleia apesar do grande número de Delegações e Secções presentes daquele Concelho, poucos foram os Sindicatos a estar presentes). No dia 12 de Novembro de 1976 pelas 21 horas, na sede da Secção do Sindicato da Construção Civil, R. Direita do Monte, 16 — Figueira da Foz, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Votação de Constituição
- Discussão e Aprovação dos Estatutos
- Informações

(Todos os representantes devem comparecer credenciados).

Podem assistir delegados sindicais do concelho.

Coimbra, 27/10/76

O SECRETARIADO

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
NA INDUSTRIA HOTELEIRA
E SIMILARES DO DISTRITO DE FARO
ALERTA TRABALHADORES**

*Recebo
4/11/76*

Desconhecer ou rejeitar as divergências existentes no movimento sindical português, poderá ser um erro histórico que só favorecerá as forças reaccionárias que a todo o transe tentam desestabilizar uma situação democrática, forças essas que se tornam tanto mais poderosas, quanto mais se aprofundam as divergências sindicais entre os trabalhadores deste País, que necessariamente terão que encontrar um procedimento correcto, que sem dúvida será criar a efectiva unidade das massas trabalhadoras, contra aqueles que, não tenhamos dúvidas, atentam contra as conquistas do povo português, bem expressas na Constituição.

Aceitamos os princípios programáticos da vulgo chamada «carta aberta» porque consideramos ser uma proposta e alternativa válida para aquilo que sempre lutámos:

UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA DEMOCRÁTICA E INDEPENDENTE

Combatemos e denunciámos o Secretariado da Intersindical pela sua prática antidemocrática que dia-a-dia cava mais fundo o fosso existente no movimento sindical.

Como direcção eleita democraticamente e que, na prática já demonstrou não estar de forma nenhuma enfeudada a tentativas de divisão na classe trabalhadora, venham elas de onde vierem! aceitamos a responsabilidade cujo nosso mandato nos impõe e assim perguntamos e lançamos este apelo à Comissão de Redacção da Carta Aberta e ao Secretariado da Intersindical: que motivos ocultos existirão para que em nome dos trabalhadores que dizem defender, os levam a não tentar esquecer divergências que certamente são poucas e aprofundar cada vez mais a maioria dos pontos de vista comuns?

NÓS ESTAMOS DISPOSTOS A FAZÊ-LO, e responsabilizamos as 2 facções, caso não consigam alcançar a identificação de pontos de vista necessários para combater a unidade que se verifica na direita reaccionária, que cada vez mais levanta a cabeça, no nosso país.

**EM FRENTE POR UMA CENTRAL SINDICAL
ÚNICA DE TODOS OS TRABALHADORES**

**EM FRENTE PELA EFECTIVA UNIDADE
NA CLASSE TRABALHADORA**

Faro, 29 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

4 NOV. 1976

8143

TRABALHO

Consumada a cisão do movimento sindical português

A semana que decorreu foi dominada pela realização dos Congressos dos dois grandes partidos PS e PSD, de forma que para a maior parte dos observadores, no campo do trabalho, não ocorreram propriamente acontecimentos de vulto.

Contudo, não passou despercebido o apelo que em 27 de Outubro a Comissão de Redacção da «Carta Aberta» dirigiu à classe trabalhadora, num extenso comunicado rapidamente difundido nos meios laborais.

Nele se principia por dizer: «Trabalhadores: O Secretariado da Inter e a corrente político-sindical que lhe é afectada, acabam de desferir nos passados dias 23 e 24 de Outubro uma

machada nos esforços feitos até ao momento, pra realizar a unidade dos trabalhadores».

E sobre esta reunião, a que em análise anterior já nos referimos, o comunicado em causa acrescenta: «É um Congresso da cisão, aquilo que se pretende impôr hoje aos trabalhadores portugueses, em nome da unidade». E, mais adiante, diz-se peremptoriamente: «Isto é a cisão, é fechar a porta à unidade e abrir a porta ao pluralismo sindical».

Por fim, a própria Comissão de Redacção da «Carta Aberta» acusa o Secretariado da Inter: «É neste preciso momento que o Secretariado da Inter tudo faz para impedir a constru-

ção da unidade, consumando a cisão».

Por outro lado, referimos que na noite de terça-feira última teve lugar na cidade do Porto uma importante reunião no Sindicato dos Escritórios daquela cidade com representantes de sindicatos afectos à «Carta Aberta», da qual se esperam importantes e decisivas deliberações, quanto ao futuro próximo do movimento sindical português.

Começou ontem, calculando-se que dure até sábado, uma greve diária de uma hora, do Sindicato dos Têxteis, a nível nacional, envolvendo cerca de 280 mil trabalhadores do ramo, num sector que todos sabe-

mos estar em manifesta crise. Esta greve, como dissemos de âmbito nacional, tem por objectivo dar apoio ao projecto do contrato da Federação, neste momento objecto de negociação, entre as partes nele interessadas. Findo este período, realiza-se no próximo dia 7 um novo plenário para estudar novas formas de luta.

Entretanto, para comprovar que esta greve tem intenções marcadamente políticas, cuja capa é, na circunstância, uma mera revisão de contrato, atentemos nas moções que foram objecto de aprovação no último plenário: uma, de apoio à libertação de Otelo; outra, contra o aumento das tarifas dos transportes

públicos; e uma outra ainda, condenando a imprensa por não cobrir convenientemente as suas formas de luta. Do facto se conclui, portanto, que em nada foram abordadas as questões mais relevantes dos interesses propriamente ditos da classe, mas apenas questões secundárias, que têm somente em vista desestabilizar a situação política vigente, pelo recurso a «greves selvagens», de cariz eminentemente político.

Por outro lado, ocorrerá também no próximo dia 6 um encontro de comissões de trabalhadores, delegados sindicais e direcções sindicais, para decidirem de formas de luta, visando o «combate à legislação anti-

-operária» do governo constitucional, para usar uma expressão de uma das fontes de informação que contactámos.

Logo, tal como temos vindo sucessivamente a anunciar, está na forja uma violenta ofensiva sindical, movida por interesses políticos que de todos nós são já «amplamente» conhecidos, e a que caberá ao governo constitucional dar a resposta mais adequada, tendo em atenção a crítica situação económica do país, como de resto os dirigentes políticos dos dois partidos mais votados se não cansaram de referir nos recentes Congressos que tiveram lugar, respectivamente em Leiria e Lisboa.

Escritórios de Setúbal têm comissão directiva

Em Assembleia Geral efectuada ontem, à noite, na sua sede, mais de 200 filiados no Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal aceitaram o pedido de demissão de parte da direcção e elegeram uma Comissão Directiva que deverá tomar posse na próxima segunda-feira, às 21 horas. A decisão foi tomada com 20 votos contra e 14 abstenções.

A Assembleia de ontem tinha sido convocada com a seguinte «Ordem de Trabalhos»: apreciar o pedido de demissão de parte dos corpos gerentes e encontrar solução para a hipótese de serem aceites os pedidos de demissão.

Os pedidos de demissão tinham sido apresentados, em carta dirigida ao presidente da Assembleia Geral do Sindicato, em carta datada de 18 de Outubro e surge na sequência de uma A.G. realizada no dia 13, para apreciação do Regulamento do Congresso de todos os sindicatos e se pronunciar sobre a funcionalidade da direcção sindical.

Contudo, nessa reunião do dia 13, o segundo ponto não chegou a ser discutido, motivo por que foi convocada outra reunião para uma semana depois. Por ter sido apresentada a demissão no dia 18, esse ponto não chegaria porém a ser objecto de discussão. Mas, na Assembleia de ontem, ainda surgiu uma tentativa de «golpe de teatro» da parte dos elementos «cessantes», quando pediram, baseados no estatuto, uma prorrogação no exercício de funções, de mais 45 dias.

Deste modo, poderá tomar novo rumo o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Setúbal, uma vez que as decisões dos trabalhadores no sentido de que o seu organismo sindical participasse nas reuniões de sindicatos promovidos pela Intersindical

Nacional não eram respeitadas.

HOTELEIROS NO CONGRESSO

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Braga anunciou ontem a decisão de participar no próximo Congresso de todos os sindicatos.

No entanto, na conferência de Imprensa convocada a propósito, foram feitas algumas críticas ao secretariado da Intersindical Nacional, referentes ao Congresso e à última Reunião Geral de Sindicatos, efectuada em Lisboa nos dias 23 e 24 de Outubro, que aquela direcção considerou ter sido pouco democrática.

Na mesma conferência de Imprensa, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira de Braga, anunciou e lamentou que a entidade patronal não está aberta às negociações com vista à assinatura de um novo Contrato Colectivo de Trabalho para o sector.

METALÚRGICOS DE AVEIRO

Os delegados sindicais dos metalúrgicos de Aveiro, secção de Agueda, exigiram, em recente assembleia, que a direcção do seu Sindicato se desvincule prontamente do grupo da «Carta Aberta» e passe a participar nos trabalhos da comissão organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos.

Na mesma reunião foi ainda decidido, por unanimidade, suspender imediatamente das suas funções o dirigente sindical Alpidio Almeida, considerado um dos principais responsáveis pela «falta de democracia interna» no Sindicato.

A direcção do Sindicato dos

Metalúrgicos de Aveiro participou nos trabalhos da comissão de redacção da «Carta Aberta».

A propósito do que se passa no seio do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, «O Diário» divulga hoje uma entrevista com Alberto Graça, da Assembleia Geral daquele organismo, em que se afirma que os trabalhadores estão unidos, como se prova com «documentos assinados por 80 por cento dos sindicalizados, criticando a acção divisionista de alguns elementos da direcção do Sindicato».

O entrevistado, que fez as suas declarações acompanhado de outros sete elementos da direcção e delegados sindicais, fez diversas acusações à direcção dos Metalúrgicos de Aveiro, entre as quais de desaparecimento de correspondência da Intersindical, boicote às discussões dos trabalhadores, acusações, ameaças, propostas de utilização de verbas do Sindicato para fins inconfessáveis, etc...

SINDICATO AGRÍCOLA DE VILA REAL DESMENTE «JORNAL NOVO»

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vila Real, a propósito de uma informação veiculada pelo «Jornal Novo» difundiu o seguinte comunicado:

«Tendo este Sindicato constatado, através de uma notícia publicada no «Jornal Novo» de 11 de Outubro de 1976, que este Sindicato aderiu à linha da chamada «Carta Aberta», vem este Sindicato desmentir tal notícia por a considerar falsa, e solicita ao «Jornal Novo» que esclareça a opinião pública sobre o documento ou a via que lhe permitiu publicar tal notícia.

«Mais esclarecemos que este Sindicato não aderiu à «Carta Aberta», nem sequer foi discutida qualquer adesão seja a que linha sindical for, visto este Sindicato ser recém-criado e com uma direcção provisória».

Preparação do Congresso avança a bom ritmo

Estão a decorrer a bom ritmo os trabalhos relativos à elaboração dos projectos de alteração dos estatutos da Intersindical e à lei sindical, e do programa de acção da confederação geral dos sindicatos portugueses, a cargo da Comissão Nacional Organizadora do Congresso de Todos os Sindicatos (CNOC).

Informa-nos a CNOC que se prevê o envio daqueles projectos, dentro dos prazos estabelecidos no regulamento do Congresso, a to-

dos os sindicatos uniões e federações, de modo a que possam ser amplamente discutidos por todos os trabalhadores.

A CNOC efectuou já três reuniões plenárias, tendo aprovado o regulamento de funcionamento interno. Também se encontram constituídas as seguintes subcomissões: redacção; coordenadora; Imprensa; sindicatos paralelos; inscrições; instalações e funcionamento; fundos.

TRABALHADORES HOTELEIROS DE BRAGA CRITICAM SECRETARIADO DA INTERSINDICAL

«O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Braga tudo fará para que o congresso não seja manobrado por forças ligadas a qualquer bloco», prometeram dirigentes daquele organismo, durante uma conferência de Imprensa realizada em Braga, durante a qual expuseram diversos pontos relacionados com a realização daquele congresso, e ainda com contratação colectiva e legislação do trabalho.

A propósito do primeiro tema, foi criticada a forma como decorreu o anterior congresso, tendo sido apontada a necessidade de participação, no próximo, «de todos os sindicatos — filiados ou não na Intersin-

dical — a fim de que o movimento sindical possa ter em breve, uma central única, democrática e independente». Os sindicalistas presentes consideraram positivo o aparecimen-

to do chamado grupo da «Carta Aberta», porque «veio trazer maior discussão e abertura junto dos trabalhadores bem como do Secretariado da Inter».

Esse secretariado seria, entretanto, criticado pela forma como conduziu a reunião havida na F.I.L. em 23 e 24 de Outubro, na qual, segundo aqueles dirigentes bracarense, não houve «totais garantias de democracia, de forma a se poder expor os pensamentos que

levaram à aprovação de artigos diferentes do apresentado pela Inter.

No segundo ponto da conferência, foram tecidas acusações às «entidades patronais orientadas pela C.I.P.», por «uma persistente e concertada actuação de nítido boicote e protelamento» do contrato colectivo da classe, cujo clausulado geral, de acordo com o referido, já se encontra, porém, neste momento, todo acordado.

MT esclarece aplicação da lei

Os mal-entendidos quanto à interpretação da regulamentação publicada sobre matéria de despedimentos, originaram a seguinte nota oficiosa do Ministério do Trabalho:

«1. Perante a especulação que ultimamente tem vindo a fazer-se através dos órgãos da Comunicação Social, sobre as medidas legislativas adoptadas pelo Governo para regulamentação da matéria dos despedimentos, e no propósito de esclarecer justificadamente a razão de tais medidas, tanto mais que se gerou entre os trabalhadores a falsa ideia de que se teria aberto o caminho à liberalização dos despedimentos, cumpre ao Ministério do Trabalho acentuar que:

1.1 Mantém-se de pleno o princípio da proibição de despedimentos sem justa causa.

1.2 A recente legislação aprovada em Conselho de Ministros, que brevemente será publicada no «Diário da República», em nada alterou aquele princípio, antes visou ajustar às realidades os motivos de resolução imediata do contrato de trabalho

e estabelecer um processo rápido e eficaz sem quebra de garantias essenciais, nomeadamente do princípio do contraditório e da audiência prévia das organizações de trabalhadores.

2. Com efeito, a experiência colhida na aplicação do decreto-lei n.º 372-A/75, de 16 de Julho, alterado pelo decreto-lei n.º 84/76, de 28 de Janeiro, cujo regime se fundara na preocupação de solidificar as relações de trabalho e de combater o desemprego, cedo se revelou, em razão da sua rigidez, desestimulante da admissão de novos trabalhadores, e impeditivo da normalização do mercado de trabalho.

3. A necessária flexibilidade na resolução dos contratos de trabalho e na averiguação das suas causas determinantes, que se contém na nova legislação aprovada, tem por fim obviar à rigidez do regime em vigor, consignando a disciplina hierárquica das relações de trabalho, quer, por um lado, reprimindo os actos abusivos e violadores de direitos e restringindo o absentismo, quer, por outro lado, proibindo

os despedimentos sem justa causa.

4. Para o fazer eficazmente e em tempo útil instituiu-se, para os casos mais flagrantes e imediatos, o recurso ao processo sumário mas sempre com salvaguarda da audição do trabalhador e dos seus meios de defesa.

5. Deve esclarecer-se que o elenco dos motivos de justa causa são essencialmente os do regime actualmente em vigor, apenas se acrescentando na nova legislação aqueles factos que, por constituírem em si mesmos infracções criminais ou atentatórias da economia nacional se revelam contrários à manutenção da própria sociedade democrática instituída.

Em tudo o mais, mantém-se em vigor as disposições do decreto-lei n.ºs 272-A/75 e 84/76.

6. Porém, o Ministério do Trabalho não deixa de reconhecer que alguns despedimentos têm sido feitos com violação dos direitos dos trabalhadores, principalmente quando se trata de di-

rigentes ou delegados sindicais, apesar do regime especial de que beneficiam nos termos da lei sindical — artigos 24.º e 35.º do decreto-lei n.º 215-B/75, de 30 de Abril.

A relativa frequência com que ultimamente têm sido feitos tais despedimentos, leva este Ministério a reafirmar a vigência daqueles preceitos e a intenção de exigir, intransigentemente, das entidades e associações patronais o seu respeito e cumprimento, já que os despedimentos sem justa causa ou com preterição do processo adequado são juridicamente inexistentes.

7. Por isso, determinar-se-á através da Inspeção do Trabalho uma vigilância e actuação eficazes para assegurar o cumprimento da lei, estando também em vias de conclusão e legislação adequada que estabelecerá prioridades de julgamento nos Tribunais de Trabalho para processos de despedimento, por forma a serem julgados o mais rapidamente possível e de modo a obter-se a reparação oportuna dos direitos ofendidos.»

PREPARAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS

Popular 6/11/76

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso dos Sindicatos (C. N. O. C.), aprovou já o seu regulamento interno, após a terceira reunião plenária, realizada ontem (as anteriores ocorreram nos dias 26 e 29 de Outubro).

Foram, também, constituídas as seguintes subcomissões: Redacção, Coordenadora, Imprensa, Sindicatos Paralelos, Instalações e Funcionamento, e Fundos.

Por outro lado, têm prosseguido os trabalhos relativos à elaboração dos projectos de alteração dos estatutos da Intersindical Nacional, da Lei Sindical e do programa de acção da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses, cujo ritmo, segundo se afirma num comunicado distribuído pela C. N. O. C., «permite prever a possibilidade de respectivo envio para todos os Sindicatos, Unões e Federações no prazo estabelecido, de modo a que possam ser amplamente discutidos por todos os trabalhadores».

Recordamos que, de acordo com a decisão da Reunião Geral dos Sindicatos dos passados dias 23 e 24 de Outubro, estes textos-base deverão ser presentes às organizações até ao dia 13 deste mês, após o que, e através das Comis-

sões Dinamizadoras Distritais, se passará à sua discussão pelas bases.

HOTELEIROS DE BRAGA PARTICIPAM NO CONGRESSO

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Braga decidiu participar no próximo Congresso dos Sindicatos, muito embora, numa conferência de imprensa realizada ontem, aquela direcção tenha dirigido algumas críticas ao Secretariado da Inter, a propósito daquele futuro congresso e também, quanto à forma, rotulada de pouco democrática, como decorreu a reunião geral de Sindicatos efectuada nos dias 23 e 24 de Outubro em Lisboa, no Pavilhão da Feira Internacional.

A direcção exprimitu a opinião de que o próximo Congresso deverá ser aberto a todos os Sindicatos, quer estejam ou não filiados na Inter, de modo a conduzir a uma Central Sindical Única, que defenda melhor os interesses de todos os trabalhadores.

Relativamente ao Contrato Colectivo de Trabalho da Indústria Hoteleira, a direcção do Sindicato bracarense la-

mentou que a entidade patronal não esteja aberta às negociações.

METALÚRGICOS DE AQUEDA E PROFESSORES DE SETÚBAL NÃO A «CARTA ABERTA»

Entretanto, a assembleia sectorial dos Delegados Sindicais dos Metalúrgicos de Aqueada, integrado no Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, exigiu a desvinculação deste Sindicato da «Carta Aberta» e, em consequência, a sua participação no Congresso.

Foi também exigida a suspensão imediata do dirigente Alóidio de Almeida, acusado de «grande responsável pela falta de democracia interna no seio do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro».

Por sua vez, os professores da Escola Secundária de Setúbal, reunidos em assembleia geral, insistiram na necessidade de vinculação do Sindicato da Zona da Grande Lisboa ao Congresso dos Sindicatos, apontando à respectiva direcção a participação efectiva nos trabalhos preparatórios. Os professores de Setúbal censuraram a direcção por ter participado unicamente, nas reuniões promovidas pela linha da «Carta Aberta».

CONGRESSO DOS SINDICATOS

Capital 6/11/76

APROVADO REGULAMENTO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso dos Sindicatos (C. N. O. C.) aprovou já o seu regulamento interno, após a terceira reunião plenária. Durante as sessões foram também constituídas as subcomissões de redacção, coordenação, Imprensa, sindicatos paralelos, inscrições, instalações e funcionamento e fundos.

Por outro lado, têm prosseguido os trabalhos relativos à elaboração dos projectos de alteração dos estatutos da Intersindical, da lei sindical e do programa de acção da futura Confederação Geral dos Sindicatos, cujo ritmo permite que a referida comissão organizadora preveja a possibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos, de forma a proporcionar a sua discussão entre os trabalhadores.

Entretanto, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Braga decidiu participar no congresso, muito embora, numa conferência de imprensa, aquela direcção tenha dirigido algumas críticas ao Secretariado da Intersindical Nacional a propósito desse congresso e também à forma, rotulada de «pouco democrática», como decorreu a reunião geral de sindicatos efectuada nos dias 23 e 24 de Outubro, em Lisboa, no Pavilhão da Feira Internacional.

A direcção exprimitu ainda a opinião de que o próximo congresso deverá ser aberto a todos os sindicatos, quer estejam ou não filiados na Inter, de modo a conduzir a uma central sindical única que defenda melhor os interesses de todos os trabalhadores. Relativamente ao contrato colectivo de trabalho da indústria hoteleira, a direcção do sindicato bracarense lamentou que a entidade patronal não esteja aberta às negociações.

Recibo
6/11/76

«Cacique» sindical impõe «Carta Aberta» aos metalúrgicos

AVEIRO (Do nosso correspondente) - Os metalúrgicos de Aveiro «estão unidos, como provam documentos assinados por 80% dos sindicalizados, criticando a acção divisionista de alguns elementos da direcção do Sindicato», afirmou Alberto Graça, da Assembleia Geral a «o diário», revelando, juntamente com sete outros dirigentes e delegados sindicais, os métodos utilizados pelos defensores da «Carta Aberta», para impedirem a manifestação democrática da posição dos operários. «Opus-me à participação do nosso Sindicato na «Carta Aberta», porque sabia que essa não era a vontade dos trabalhadores e, logo, os outros elementos da direcção tentaram suspender-me, o que não conseguiram» - revela Jorge Correia de Sousa, membro da direcção, e militante do Partido Socialista.

Desaparecer com a correspondência da Intersindical, boicotar as discussões dos trabalhadores, acusações, ameaças, propostas de utilização de verbas do Sindicato para fins inconfessáveis, estão entre algumas das acções dos elementos defensores da «Carta Aberta». Por exemplo: Alpidio Almeida, que se diz «homem forte» da «Carta Aberta», membro do PS, já não entra na sede da secção de Águeda do Sindicato, de que dirigente, porque a sua presença ali «não seria vista com bons olhos». Correia de Sousa conta que, um dia, ele tentou «aliciar-me e ao Alberto Graça e ao Rui França para

alugarmos um quarto em Aveiro para fins estranhos à actividade sindical com verbas do Sindicato. O Graça e o França são testemunhas do que afirmo».

Mas o Alpidio teria outras características, entre elas o sectarismo. O delegado sindical Amável Luis afirma que, quando faleceu recentemente um delegado sindical, Alpidio recusou-se a incorporar-se no funeral poque o trabalhador falecido tinha «abandonado o PS». De facto «isso aconteceu. Ele abandonou o PS, como dizia, porque o dr. Mário Soares insultou-o quando disse que quem ganhava 7250\$00 era um burguês».

Jorge Correia de Sousa sublinha que, depois de discordar da adesão à «Carta Aberta», «toda a correspondência da Intersindical e da Federação dos Metalúrgicos me foi escondida». Após as primeiras reacções dos sindicalizados à participação da direcção na «Carta Aberta» - nomeadamente numa assembleia sectorial de delegados em Águeda - a direcção prometeu promover sessões de esclarecimento para provar as «vantagens da Carta Aberta». Porém, como afirma um delegado sindical, «temendo enfrentar os trabalhadores, tais sessões nunca se realizaram. Como Correia de Sousa se mantinha firmemente determinado a respeitar a vontade dos trabalhadores, os outros elementos da direcção proibiram-no de participar nas reuniões, o que os metalúrgicos

de Águeda não podem permitir».

Segundo Correia de Sousa, o «homem forte da «Carta Aberta» faz umas estranhas viagens a Lisboa, que representam pesados gastos para o Sindicato. Assim, ele «em dois dias em Lisboa, ao «serviço do Sindicato» gastou 4700\$00, sem que os trabalhadores saibam o que lá foi fazer». Por isso Correia de Sousa acrescenta: «Apesar de sermos os dois militantes do PS e membros da direcção como podia eu colaborar nesta história?».

Um operário acusa também Alpidio, cuja «ambição desmedida» o estaria «levando a ser utilizado pelos inimigos dos trabalhadores». Ele «empregou no Sindicato a futura nora do meu patrão. Agora o homem passa o dia a dizer-me que sabe muito bem o que os delegados sindicais dizem e fazem na sede do Sindicato. E, quando os operários da «Confersil» se preparavam para desencadear uma acção colectiva pela reintegração de um delegado sindical suspenso pelo patrão, o Alpidio travou a acção dizendo que ele próprio trataria do assunto. Já lá vão quatro meses e o rapaz sem trabalhar, porque depois de travar os trabalhadores o Alpidio não mexeu uma palha para o camarada voltar ao trabalho».

O Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, filiado na Intersindical e na Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, está organizado em duas grandes zonas geolaborais: o norte do distrito

tem o seu ponto de apoio em Riomeão, onde se situa a sede do organismo; a sul fica a secção de Águeda. Contudo, não é esta separação a culpada pelos problemas e pela divisão que se observa nos corpos gerentes do Sindicato. A actual direcção - considerada afecta ao PS - obteve, nas eleições, uma vitória tangencial de apenas 40 votos, entre cerca de 2300 metalúrgicos. Compareceu às urnas, falando em «sindicalismo democrático e de base», mas agora, como afirma um delegado sindical, «a democracia não se nota e as bases não apoiam os dirigentes que as têm traído».

Mas, diz Jaime Canas, delegado sindical, que a «luta vai continuar até à vitória no Sindicato dos Metalúrgicos».

● CNOC Seculo 6/11/76

A Comissão Nacional Organizadora do Congresso dos Sindicatos Portugueses (CNOC) aprovou já o seu regulamento interno, após a terceira reunião plenária, ontem realizada.

Durante as sessões, foram constituídas as subcomissões de redacção, coordenação, imprensa, sindicatos paralelos, inscrições, instalações e funcionamento e fundos.

Por outro lado, tem prosseguido os trabalhos relativos à elaboração dos projectos de alteração dos estatutos da Intersindical, da lei sindical e do programa de acção da futura Confederação Geral de Sindicatos, cujo ritmo permite que a comissão organizadora preveja a possibilidade de cumprimento dos prazos estabelecidos de forma a proporcionar a discussão entre os trabalhadores.

Congresso dos Sindicatos entra em nova fase

A Comissão Organizadora do Congresso de todos os Sindicatos (CNOC) iniciou já a elaboração das teses que serão distribuídas a todos os trabalhadores para uma ampla discussão que se destina a preparar aquela importante reunião a realizar nos últimos dias de Janeiro.

Entre as teses cuja elaboração foi já iniciada, segundo informa a CNOC, contam-se as que se referem ao projecto de alteração dos estatutos da Intersindical Nacional, à Lei Sindical e ao

programa de acção da Confederação Geral dos Sindicatos Portugueses.

Ao fim de três reuniões plenárias, a CNOC divulgou um comunicado no qual afirma que o ritmo a que têm decorrido os trabalhos deverá tornar possível a divulgação das teses no prazo previsto nas deliberações da reunião geral de sindicatos que estabeleceu o mecanismo de preparação do Congresso. A CNOC aprovou, também, o seu regulamento interno, criando diversas subcomissões: de redacção;

coordenadora; de Imprensa; para os sindicatos paralelos; de inscrições; para instalações e funcionamento; e de fundos.

Conforme foi decidido na reunião geral de sindicatos dos dias 23 e 24 de Outubro, que elegeu a CNOC, a preparação do Congresso e a discussão das teses será impulsionada pelas comissões dinamizadoras distritais, constituídas nas diversas uniões de sindicatos e abertas a todas as direcções sindicais que nelas queiram participar.

TÊXTEIS

Dirigente sindical despedido denuncia manobras da C.I.P.

Está marcada para o próximo dia 9 uma reunião geral de delegados sindicais do sector têxtil. Da ordem de trabalhos constam a «análise da situação do Contrato Colectivo de Trabalho único e vertical» e a «análise aos despedimentos dos dirigentes sindicais Manuel Correia Lopes e António Cunha Rosas». A reunião é aguardada com justificada expectativa, já que a forma de luta adoptada pelos trabalhadores têxteis — paralizações diárias de uma hora — tem vindo a colher crescente aderência, uniformizando-se o nível de adesões a um índice superior aos noventa por cento.

Por outro lado, avoluma-se o movimento de solidariedade para com os dirigentes sindicais despedidos da firma «Manuel Lopes Henriques». Um deles — Manuel Correia Lopes — é o actual presidente da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Sul e o outro — António Rosas — pertence ao Secretariado da Inter-sindical Nacional.

«Contra o patronato reaccionário, a luta continua». Esta é a afirmação mais repetidamente feita por sindicatos e comissões de trabalhadores que, de formas várias, nomeadamente por telegramas dirigidos ao

«DL», têm manifestado a sua solidariedade para com os trabalhadores despedidos.

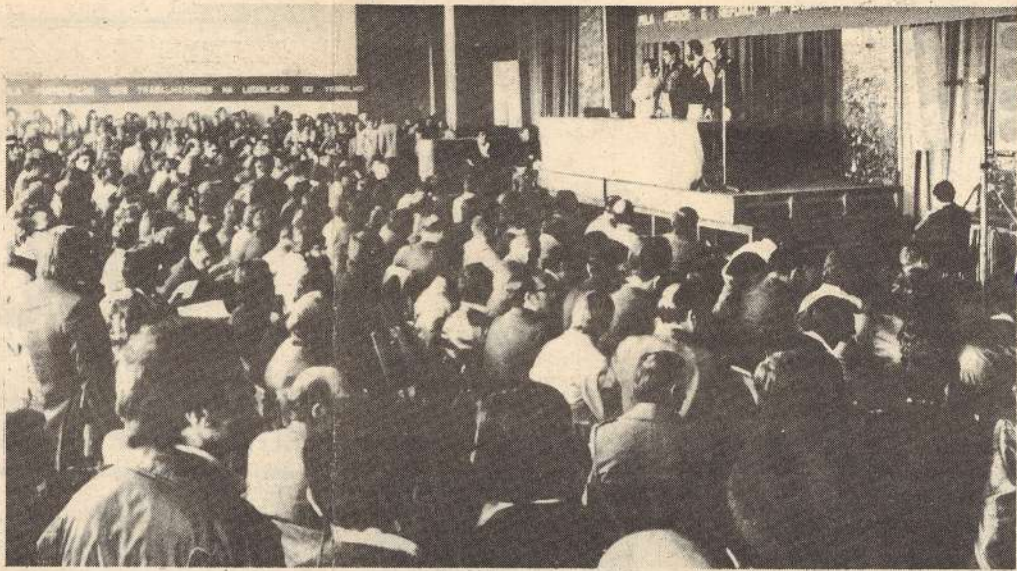
Ao fim da manhã, uma comissão de trabalhadores da Manuel Lopes Henriques dirigiu-se ao Ministério do Trabalho, na tentativa de se avistar com o ministro Marcelo Curto. Esta diligência vem no seguimento de outras efectuadas no mesmo Ministério, até agora sem qualquer resultado. Ontem, a reunião concertada entre os trabalhadores, um representante do Ministério e a entidade patronal saldou-se no abandono, por parte deste último. O advogado do patrão Manuel Lopes Henriques, pelo seu comportamento, deixou de ser aceite como interlocutor pelos trabalhadores. Um deles afirmou-nos que o advogado Alberto Bento, pela posição de força que assumiu, ultrapassou a própria posição do patrão, o qual, neste momento, estaria a ser joguete de forças que ultrapassam o conflito laboral desencadeado na empresa, onde a greve total continua. «Se mais trabalhadores houvesse, maior seria a greve» — afirmaram-nos decididamente.

Manuel Correia Lopes, um dos despedidos e actual presidente do Sindicato dos Têxteis do Sul, revelou ontem, em declarações feitas à ANOP, que

o ministro do Trabalho, Marcelo Curto, lhe garantiu o seu completo apoio, quer ao processo de luta dos trabalhadores pelo Contrato Colectivo único e vertical, quer às posições que estes venham a assumir contra os despedimentos dos dois dirigentes sindicais. Concretamente quanto aos despedimentos, Manuel Correia Lopes salientou não se tratar de um caso isolado e acrescentou:

«O problema tem por trás os industriais do sector e a própria C.I.P. e visa desviar as atenções de luta pelo Contrato Colectivo. Pensamos que se trata de uma acção organizada pela C. I. P., de ataque ao movimento sindical, à Constituição e à liberdade sindical, apontando para a desestabilização política do País, no momento em que a direita tenta avançar a vários níveis, desde tentar ganhar posições no aparelho militar até ao ponto de criar dificuldades ao próprio Governo.»

Manuel Correia Lopes salientou ainda que, com estes despedimentos, a C. I. P. pretende que os trabalhadores radicalizem impensadamente a sua luta, «desviando-a das questões fundamentais, de modo a ser criada uma situação de instabilidade».



EM LISBOA

Representantes de todo o País debatem legislação do trabalho

Milhares de dirigentes e delegados sindicais, e membros de comissões de trabalhadores de todo o País, encontram-se reunidos desde a manhã em Lisboa, nas instalações do Instituto Superior Técnico, para tomarem posição sobre a legislação do trabalho.

O encontro funcionará, até ao fim da tarde em dez secções, para debate de questões como o controlo operário,

empresas autogeridas e cooperativas, direito à greve, contratação colectiva e política salarial, direito ao trabalho e segurança no emprego, horário de trabalho, segurança social e saúde, trabalho doméstico, etc. Pelas 20 horas realizar-se-á um plenário final de encerramento, no Pavilhão dos Desportos, aberto a toda a gente (e não apenas aos participantes). Nele serão lidas as conclusões aprovadas, durante o

dia, para cada um dos temas.

Os trabalhos registaram considerável afluência, ultrapassando em muito as quatro mil inscrições previamente efectuadas. Comboios especiais e camionetas fretadas trouxeram, de norte a sul do País, representantes dos sindicatos e dos trabalhadores das maiores empresas, interessados em participar no debate de questões que neste momento merecem particular acuidade.

UNIÃO DE SINDICATOS ACUSA

“Métodos de antigamente” na Caixa de Leiria

«Os métodos de decisão do antigamente», são o tema de um comunicado divulgado pela União dos Sindicatos de Leiria, sobre os acontecimentos que vêm sendo observados na Caixa de Previdência daquele distrito.

Justificando a acusação, no documento referem-se dois factos: o dr. Vitorino Vieira Dias, presidente da Comissão Administrativa da Caixa, «vem ilegalmente chamando os dois elementos nomeados em representação da Caixa para a Comissão de Gestão da Acção

Médico-Social, para tomarem parte na tomada de decisões em questões de Segurança social, o que é ilegal»; e o caso da admissão de um técnico de 3.ª classe de Organização e Métodos, que deverá ser revista, na opinião da U. S. L., «já que se nos afigura que o mesmo está ferido de ilegalidade».

Sobre o primeiro ponto, afirma-se no comunicado: «Arbitrariamente, autocraticamente, não obstante os protestos dos representantes membros da C.A., sobretudo os dois representantes sindicais que a integram, não obstante os protestos da Comissão de Trabalhadores, e o repúdio dos funcionários da instituição, o dr. Vitorino Vieira Dias, para arranjar quorum para apoiar os seus pontos de vista, chamou os dois elementos nomeados pela Caixa para integrarem a Comissão de Gestão da A.M.S., e decidirem sobre questões de Segurança Social, isto é: em matéria que não é da mínima competência legal».

Mas, o outro caso («o caso Silva Marques») tem mais importância para a União de Sindicatos de Leiria, no sentido da definição dos tais «métodos de antigamente». Assim, de acordo com o comunicado, mediante concurso para provimento de uma vaga de técnico de Organização e Métodos, apareceram diversos concorrentes, «tendo a vaga sido preenchida pelo dr. José Augusto Santos Silva Marques, ainda que à luz do C.C.T. para os trabalhadores das instituições de Previdência Social ele não tivesse sido o concorrente que reunia as melhores condições», uma vez que um concorrente com o mesmo curso, teve classificação superior à sua.

DIREITO AO TRABALHO EM DEBATE NACIONAL

Dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores de todo o País, reúnem-se hoje, durante todo o dia, nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, para definirem a posição do Movimento Sindical em face da legislação de trabalho recentemente promulgada pelo Governo.

Convocado pelo secretariado da Intersindical Nacional, com base em propostas dos secretariados das uniões sindicais de Lisboa e Setúbal e de comissões de trabalhadores, dos dois distritos, o Encontro Nacional — que está a suscitar significativo interesse entre os activistas sindicais — funcionará em dez secções, onde serão analisados textos-base subscritos pelo secretariado da «Inter».

Diversos comboios especiais, vindos de diferentes partes do País, atestam a importância dada ao Encontro, que culminará com um comício, a iniciar pelas 20 horas, no Pavilhão dos Desportos, onde serão lidas as conclusões dos trabalhos.

O Encontro Nacional tem vindo a ser preparado em

numerosas reuniões feitas a nível de locais de trabalho e de sindicatos. Questões como o controlo operário; empresas sob gestão dos trabalhadores; direito à greve e outras formas de luta dos trabalhadores; contratação colectiva; direito ao trabalho e segurança no emprego; horário de trabalho; segurança social e saúde; trabalho doméstico; direitos e garantias dos trabalhadores; e unidade dos trabalhadores, reforço da organização e trabalho de massas — que serão debatidas em cada uma das dez secções especializadas, constituem, actualmente, dos

mais importantes problemas com que se debatem os trabalhadores.

A participação nos trabalhos do Encontro está aberta a todos os dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores que se apresentem devidamente credenciados. A participação no comício de encerramento, no Pavilhão dos Desportos, está aberta a todos os trabalhadores, tendo o secretariado da Intersindical apelado à presença massiva que ateste a mobilização conseguida em torno de tão importantes problemas.

Peritos da O. I. T. vêm planificar postos de emprego

GENEVA — A Organização Internacional do Trabalho anuncia, quarta-feira, que vai fornecer uma assistência directa para a elaboração do plano de desenvolvimento 1977/1980 que Portugal pretende definir a partir de Abril do próximo ano.

É a primeira vez que um estado europeu solicita o apoio da OIT para a elaboração do seu plano de desenvolvimento, precisa esta organização, que considera que «tal pedido marca bem a vontade das autoridades portuguesas de fazerem do emprego um dos objectivos básicos do plano».

A OIT calcula em cerca de 400.000 o número de desempregados em Portugal, ou seja cerca de 12 por cento da população activa.

A tarefa essencial a atribuir aos peritos da OIT será a de ajudar os responsáveis portugueses pelo sector da planificação e formularem os objectivos de emprego que o plano de desenvolvimento apontará. Quatro peritos da OIT estarão integrados, durante três meses, num grupo de trabalho permanente interministerial encarregado da elaboração do plano.

O financiamento da assistência fornecida pela OIT, cujo custo atingirá 160.000 dólares, será garantido pelo próprio Governo Português. — FR.

CINCO MIL REPRESENTANTES DE TRABALHADORES PROVENIENTES DE TODOS OS PONTOS DO PAÍS DISCUTEM EM LISBOA A LEGISLAÇÃO DE TRABALHO

Nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, teve início esta manhã o Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores, organizado pela Intersindical Nacional e pelas Cinturas Industriais de Lisboa e de Setúbal, com o objectivo de «tomarem posição sobre a legislação de trabalho que o Governo tem anunciado e exigirem que seja efectivamente publicada, em defesa dos interesses dos trabalhadores».

O Encontro prolonga-se por todo o dia; os temas estão repartidos por 10 secções, nas quais se distribuiram os participantes de acordo com os seus interesses, a saber: controlo operário — intervenção

organizada dos trabalhadores no controlo da economia e na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais, nomeadamente participação na legislação do trabalho; empresas sob gestão dos trabalhadores-cooperativas, empresas controladas pelos trabalhadores, empresas com intervenção do Estado; direito à greve e outras formas de luta dos trabalhadores; contratação colectiva e política salarial; direito ao trabalho e segurança no emprego; horário de trabalho; segurança social e saúde; trabalho doméstico; direitos e garantias dos trabalhadores reconhecidos na Constituição; e unidade dos trabalhadores — reforço

de organização — trabalho de massas.

À NOITE: Sessão Plenária no Pavilhão dos Desportos

A discussão destes temas terá por base um texto de apoio e em cada secção devem ser aprovadas conclusões, as quais serão depois comunicadas, numa sessão plenária de encerramento, marcada para as 20 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

A afluência de representantes de trabalhadores, devidamente credenciados, foi grande, calculando-se em cerca de cinco mil participantes, vindos de todas as regiões do País. A sessão final de encerramento será aberta a todos os trabalhadores.

Encontro de dirigentes e delegados sindicais

Realiza-se hoje, às 20 horas, no Pavilhão dos Desportos, a sessão de encerramento do Encontro de Dirigentes e Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores.

Nesta sessão será feita a leitura das conclusões do encontro efectuado durante o dia, nas instalações do Instituto Superior Técnico e que se subdividiram em 10 secções: «controlo» operário; empresas sob gestão dos trabalhadores; direito à greve; contratação colectiva e política salarial; direito ao trabalho e segurança no emprego; horário de trabalho; segurança social e saúde; trabalho doméstico; direitos e garantias dos trabalhadores reconhecidos na Constituição e unidade dos trabalhadores, reforço e trabalho de massas.

A iniciativa do plenário pertence ao secretariado da Intersindical e às comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa e Setúbal.

Seculo

6/11/76

Port 6/11/76

D. Raposo 6/11/76

MOÇÃO

Considerando, que o Ministro do Trabalho tem tido uma actuação incoerente para com os trabalhadores deste País;

Considerando, que outra coisa não tem feito que não seja prejudicar os mais elementares direitos dos trabalhadores;

Considerando, que tem sido o maior culpado da divisão do movimento Sindical, pois aprova tudo que seja dividir o movimento Sindical, nomeadamente dar personalidade jurídica a pequenos Sindicatos recentemente formados, com o objectivo em dividir.

Considerando, no movimento Sindical, nomeadamente no apoio à carta aberta, não se preocupando o integral cumprimento das funções para que foi designado.

Considerando, que a sua actuação é anticonstitucional;

Considerando, que ao actuar desta maneira, esquece o Consagrado na Constituição Portuguesa, que custou milhares de contos ao País, proponho que esta digníssima Assembleia, exija da Direcção que esta compre um livro da Constituição da República Portuguesa, com anotações e envie por correio ao Ilustre Governante, com aviso de recepção.

Mais foi aprovado que fosse enviado o mesmo livro ao Conselho de Ministros.

Esta Moção foi aprovada por unanimidade.

Porto, 5 de Novembro de 1976.

PELOS DELEGADOS

a) legível

Richie 6/11/76

Para expor alguns pontos relacionados com o Congresso dos Sindicatos, contratação colectiva e legislação do trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Braga promoveu uma conferência de Imprensa.

Presentes, além de dirigentes daquele Sindicato, elementos da respectiva Federação nortenha, os quais, conjuntamente explicaram aos jornalistas as posições defendidas.

Falando em primeiro lugar sobre o Congresso dos Sindicatos, o dirigente sindical que presidiu à reunião criticou o modo como decorreu o anterior congresso, «caracterizado por um congresso de cúpulas e sem discussão dos trabalhadores», para de seguida afirmar que se torna necessária a participação de todos os sindicatos — filiados ou não na Intersindical —, a fim de que o movimento sindical possa ter, em breve, uma central única, democrática e independente. Aliás, neste capítulo, foi ali dito que a maioria dos sindicatos não possuem independência sindical, enquanto em relação aos que subscreveram a chamada «Carta Aberta» se referiu que «foi positivo o aparecimento desse grupo, porque veio trazer maior discussão e abertura junto dos trabalhadores bem como do Secretariado da Inter».

Reportando-se à reunião havida na FIL nos dias 23 e 24 de Outubro, o Sindicato expressou a sua opinião de que «não havia totais garantias de democracia, de forma a se poder expor os pensamentos que

levaram à aprovação de artigos diferentes do apresentado pela Inter». Dando como prova os vários apupos que surgiram aquando da apresentação de trabalhos, «de forma clara e honesta», o Sindicato refere ainda o caso do art.º 3.º do projecto-base da Inter, o qual foi aprovado sem qualquer discussão. Classificando esse acto de antidemocrático, os sindicalistas dizem não aceitar que se fale em unidade quando efectivamente ela não existe.

Depois de reafirmar que «fomos eleitos para a Comissão Nacional do Congresso contra a vontade do Secretariado da Inter», o dirigente sindical afirmou que o Sindicato tudo fará para que o congresso não seja manobrado por forças ligadas a qualquer bloco.

Entrando no segundo ponto — «contratação» — foram referidos os motivos por que tem havido atraso, os quais, na opinião dos sindicalistas, se devem a «uma persistente e concertada actuação de nítido boicote e protelamento por parte das entidades patronais orientadas pela CIP, às «posições conciliatórias do Governo para com essas mesmas entidades», e a «uma certa confusão existente nas massas trabalhadoras».

Depois de criticarem a forma como tem decorrido as negociações, neste momento com todo o clausulado geral já acordado, mas ainda sem os pontos que envolvem implicações económicas, o Sindicato rebate as afirmações de que haja qualquer crise na hotelaria. Por isso mesmo, depois de «reconhecerem os problemas da actual conjuntura económica, social e política do país», afirmam que «só com luta e espírito de sacrifício unitários poderão assegurar aos seus familiares uma vida digna de ser vivida e salvaguardar a democracia no caminho para o socialismo para que aponta a mais sagrada das suas conquistas: a Constituição de 1976».

Sobre a legislação de trabalho, foi ali dito que irá ser entregue aos poderes constituídos um projecto de legislação, pois que «fazemos questão em ser ouvidos no assunto». Depois de denunciarem os despedimentos de sindicalistas — o que foi repudiado, bem como as leis de trabalho que lhes dão cobertura — apontaram para medidas que «travem o avanço da direita e da recuperação capitalista».

Ainda sobre o mesmo assunto, e a terminar, foi referida a falta, neste país, de «um Estado de direito que obrigue as empresas a cumprir com a contratação colectiva de trabalho».

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Rua do Conde Redondo, n.º 60, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º — LISBOA

COMUNICADO N.º 100

A REPRESSÃO FASCISTA NÃO DESARMA! A CIP MANDA DESPEDIR MANUEL LOPES E ANTÓNIO ROSAS MAS OS 300 000 TRABALHADORES DO SECTOR TÊXTIL NÃO CONSENTIRÃO.

A reacção, os exploradores de sempre, o patronato agora organizado na CIP (Central Única dos Patrões Portugueses), decidiu atacar em força e frontalmente o Movimento Sindical e as conquistas populares de antes e depois do 25 de Abril.

A canalha fascista não lhe interessa o socialismo, não lhe interessa que a organização operária se desenvolva, não lhe interessa que a democracia política se mantenha.

No dia 3, começo das paralisações em todo o sector têxtil para exigir ao patronato o início das negociações do nosso Contrato Colectivo de Trabalho Único e Vertical, a reacção (os exploradores organizados na sua Central Única — a CIP) mandou actuar um dos seus sicários, o patrão da Manuel Lopes Henriques.

No dia 3 de Novembro o patrão da Manuel Lopes Henriques decidiu despedir da empresa os trabalhadores Correia Lopes e António Rosas, respectivamente PRESIDENTE DA DIRECÇÃO E PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL do nosso Sindicato.

PORQUÊ ESTA PROVOCAÇÃO?

PORQUÊ EXACTAMENTE NO DIA DA PRIMEIRA PARALISAÇÃO PELO CCT?

— Porque para o patronato organizado e para a CIP chegou o momento de tentar estoirar com a resistência dos trabalhadores à exploração.

— Porque para o patronato organizado e para a CIP (Central Única dos Patrões) interessa provocar a confusão geral e agravar a crise política e social da forma que lhes convenha para daí tirar proveito e justificar o ataque à democracia com a velha desculpa de que se torna imperioso resolver a crise e instaurar a ordem. Isto quer dizer que em nome da ordem semelam hoje a desordem que amanhã lhes facilite a ditadura;

— Porque «cortando a cabeça» a dois dos mais reconhecidos lutadores antifascistas, julgam poder amedrontar todo o movimento sindical.

— Porque «cortando a cabeça» a um dos membros da Comissão Negociadora do CCT, Manuel Lopes, julgam poder ganhar a batalha contra o Contrato Único e Vertical.

— Porque «cortando a cabeça» a dois militantes sindicais do Sul, onde o Movimento tem fama de ser mais forte, julgam poder iniciar uma limpeza profunda a nível nacional em todos os sectores sindicais, que lhes abria caminho para o golpe fascista que preparam.

Mas o tiro sair-lhes-á pela culatra.

Não alinharemos em provocações. Conduziremos a luta quando e como quisermos.

O QUE PODEMOS GARANTIR, SEM A MÍNIMA DAS VACILAÇÕES, É QUE O MANUEL LOPES E O ANTÓNIO ROSAS NÃO FORAM NEM SERÃO DESPEDIDOS DA SUA EMPRESA.

O problema que se põe (entre outros) agora é se o fascista e fantoche da CIP, patrão da Manuel Lopes Henriques, regressará ou não à empresa...

Haverá algum trabalhador digno desse nome que deixe de estar solidário com os camaradas da Manuel Lopes Henriques?

Saberemos, hoje como amanhã dar as respostas necessárias e oportunas à CIP (Central Única dos Patrões), aos Aurélios e à canalhada quejanda!

A LUTA CONTINUA!

OS NOSSOS PROBLEMAS SÃO OS MESMOS DE TODOS OS TRABALHADORES. SÓ UNIDOS E ORGANIZADOS OS RESOLVEREMOS!

VENCEREMOS!

Lisboa, 5/11/76

PELA DIRECÇÃO

(a) legível

Mot 7/11/76

NOS SINDICATOS É QUE SE VAI JOGAR O FUTURO DA DEMOCRACIA

—afirmou Rui Machete, vice-presidente do PSD

(CONT.* DA PAG.* ANTERIOR)

Algumas centenas de bancários, iniciaram, ontem, em Coimbra, nas instalações das piscinas municipais, o I Encontro Nacional de Trabalhadores Sociais-Democratas, a que assistiram os três vice-presidentes do PSD: Barbosa de Melo, Sousa Franco e Rui Machete.

Na mesa de honra sentou-se, além dos membros da comissão organizadora do encontro, o dr. Rui Machete. Os trabalhos iniciaram-se com uma saudação de Roque Martins, a que se seguiu a leitura de várias correspondências.

Armando Bengala, do Ban-

co de Fomento, fez, então, a intervenção de fundo, acentuando a dado trecho:

«Há muito que se vem falando da «banca ao serviço do povo» e sobre «reestruturação da banca», sendo de toda a conveniência aclarar se se trata de expressões rigorosas e científicas, ou se estaremos perante questões de sentido indefinido, quando não menos despidas de conteúdo prático e efectivo. Não será tempo de acabarmos com o sortilégio das palavras e irmos à raiz dos conceitos?»

Depois de considerar que o problema da reestruturação do

sector bancário transcende o campo sectorial para se integrar no plano da política global, Armando Bengala deteve-se na apreciação de problemas ligados à contratação colectiva, salientando que numa situação de tipo liberal é evidente o papel do contrato como regulador das relações de trabalho, para mais adiante focar que em cada momento importará encontrar esquemas harmónicos da vida colectiva em que se compatibilizem o teor cultural comum e o padrão material proposto pelos instrumentos da política.

(CONTIN. NA PAG. SEGUINTE)

A terminar a sessão de abertura, Rui Machete referiu-se ao interesse do encontro para depois realçar a importância das organizações sindicais, tendo mesmo afirmado que nos sindicatos é que se jogará o futuro da democracia em Portugal. Defendeu, depois, que os organismos representativos dos trabalhadores não podem ser correeias de transmissão dos partidos, como o deseja o Partido Comunista Português, pois, na sua óptica, o militante não deve nos sindicatos ter uma actuação sectorial, desprendida dos interesses da melhoria, para que sejam verdadeiramente independentes e não se arranjem figurinos parecidos com a Intersindical.

Focou a necessidade dos bancários sociais-democratas se organizarem dentro do movimento sindical, opondo-se a todas as tentativas de manipulação e totalitarismo, outrora praticadas pelo PCP e agora, eventualmente, a ser tentada pelo PS, que já demonstrou — afirmou Rui Machete — «não ter máquina sindical organizada para dominar».

A terminar, Rui Machete criticou o Governo constitucional pela adopção de medidas de austeridade sectoriais que não podem ser bem aceites enquanto não for planificado um esquema global que leve o trabalhador a aceitar as auto-limitações com realismo, pois saberá a quem reverterão os sacrificios a que é obrigado.

Iniciou-se, depois, a apresentação das comunicações, tendo o dr. Sousa Franco orientado o colóquio sobre «Situação económica do país e reestruturação da banca» e o dr. Mário Pinto dirigido o debate sobre «contratação colectiva e formação profissional».

Quanto à presença do presidente do PSD, Francisco Sá Carneiro, no encerramento do encontro, ela parece bastante problemática.

De facto, por comunicação recebida, os organizadores tomaram conhecimento que se encontra retido no leito com uma gripe. Embora ainda se admita a recuperação, é convicção generalizada que não possa deslocar-se a Coimbra.

Mot 7/11/76

ENCONTRO NACIONAL NO IST

TRABALHADORES DEBATEM PROBLEMAS

Milhares de trabalhadores que se deslocaram de todos os pontos do país encheram, ontem, de manhã, de maneira impressionante, as diversas dependências de um trecho amplíssimo do Instituto Superior Técnico. Ali se realizava o Encontro Nacional de Dirigentes, Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores. A iniciativa fica a dever-se à Intersindical, ao Secretariado das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e ao Secretariado Dinamizador Provisório das Comissões de Trabalhadores do Distrito de Setúbal.

Devido ao adiantado da hora a que terminaram os trabalhos para as conclusões do encontro não nos é possível incluir ainda que resumidamente, uma síntese das mesmas relativamente a cada uma das secções, no plenário de encerramento que teve a participação de milhares de trabalhadores que manifestaram vivacidade nos debates e o objectivo fundamental: unidade.

Um porta-voz da mesa disse ao nosso jornal que a força dos trabalhadores ali demonstrada repetidamente, visa obter uma

certeza: a de que as conclusões aprovadas, não sejam a nível dos órgãos do poder, escamoteadas, nem deturpadas e muito menos esquecidas no fundo das gavetas.

As diferentes intervenções apontavam para o mesmo leque: defender as conquistas da Revolução e enriquecer a consciência dos participantes na certeza de que as vitórias alcançadas serão consolidadas no trabalho de esclarecimento das massas, a favor dos contratos colectivos verticais.